



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

CPI – BANESPA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 587/2002	DATA: 11/6/2002
INÍCIO: 14h24min	TÉRMINO: 23h57min	DURAÇÃO: 2h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h49min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 34
REVISÃO: Irma, Patrícia Maciel, Paulo Domingos, Silvia		
CONCATENAÇÃO: Débora		

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Discussão e votação do Relatório Final.
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>
--------------------

Há orador não identificado.
-----------------------------

Grafia não-confirmada: Antônio Cláudio Sorrachevsky.(página 14)
---



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 37ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar várias irregularidades praticadas durante a vigência do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S/A. Quero esclarecer aos Srs. Deputados que, como não houve sessão no dia de ontem e também a sessão de quinta-feira foi uma sessão solene, só foi contado prazo de uma sessão, quando o prazo de vista é de duas sessões. Portanto, nós vamos suspender os trabalhos desta nossa 37ª reunião e vamos reabrir os trabalhos logo após a Ordem do Dia, para dar início à discussão. Regimentalmente, não podemos dar início à discussão antes de transcorrer o prazo de duas sessões. Portanto, nós vamos suspender a reunião até o término da sessão da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sr. Presidente, pela ordem. A questão do prazo. Como é que está o prazo legal para a aprovação do relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O prazo legal é até quinta-feira, Deputado Marcelo Barbieri.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Quinta-feira. Então, a consequência disso é se hoje iniciarmos a discussão podemos votar até amanhã ou podemos votar até quinta. Seria isso ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Manter esse prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente. Agora, evidentemente, se nós conseguirmos, num esforço que acho que merece ser feito, chegar... O Sr. Relator já recebeu as sugestões que foram feitas por escrito. Se nós conseguirmos, aproveitando que provavelmente não haverá número para a Ordem do Dia, chegar a um relatório de consenso ainda na data de hoje, nós podemos votar ainda hoje também, se for possível.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Que é, inclusive, Sr. Presidente... As propostas que eu recebi até o momento, ou elas são de conteúdos bem razoáveis, ou elas são de conteúdos bem complicados. Nas de conteúdos razoáveis, não tenho por que não atendê-las. Não existem ponderações, por exemplo, que eu já tinha, antes mesmo de ser apresentada a mim, conversado com assessores e com o assessor jurídico Flávio Jacopetti no sentido de que os indiciamentos sejam feitos



individualizados. Então, fulano de tal: “x”, pelo artigo tal da lei tal; sicrano de tal: pelo artigo tal, da lei tal de tal e mais tal. Enfim, isso já tinha sido pedido e já estava sendo feito. É que não dava tempo, naquele momento, para ser apresentado. Existe proposta de, em vez de indiciar, encaminhar o pedido de indiciamento ao Ministério Público. Então, são coisas discutíveis, porque no teor jurídico da coisa ela não tem grandes alterações. Não é uma alteração de conteúdo do relatório. Alguma coisa que seja de modificação no conteúdo total do relatório. Eu sempre fiz tudo de forma estritamente democrática. E vou atender, se for a vontade da maioria. Eu quero que o relatório seja feito por unanimidade. Então, eu poria, aqui, a proposta que poderia fazer uma modificação brusca no relatório, seja parcial ou no totalmente, e a maioria da Comissão decidiria se eu incorporaria ou não no conteúdo do relatório. Decidindo que sim, passa a ser conteúdo integrante do relatório; decidindo que não, eu continuaria da forma como foi feito o relatório para que seja feito de maneira mais democrática possível. O que, obviamente, dá para que nós não precisássemos, aqui, nos estender muito em discussões, mesmo porque este Relator vai decidir nas questões complicadas pela própria decisão da maioria. Eu não tenho e nunca tive nenhum tipo — disse isso no começo — de relação com o BANESPA. Eu nunca fiz indicação, nem fui do Governo do Estado, nem Secretário de nenhum Governo. Então, eu não tenho o constrangimento de citar ninguém. Tenho constrangimento de fazer injustiça. Esse é um constrangimento pessoal. Agora, quando há crise de argumentação no sentido de certas pessoas ou de conteúdo grave do relatório, eu, obviamente, vou acolher a vontade da maioria. Por isso, obviamente, naquilo que não for de consenso — poderíamos até fazer uma conversa informal entre todos os membros, aproveitando o tempo —, colocaria aqui em votação com os demais membros, e a decisão da maioria seria acatada por este Relator. Portanto, acredito que podemos, inclusive, votar hoje.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Se for esse o encaminhamento, não há necessidade de a gente protelar a votação. Obviamente, quero colocar, aqui, uma questão que, lógico, é pessoal, mas pode ser de outros companheiros da Comissão. Nós temos convenções sábado e domingo. Eu sou membro da Executiva do PMDB, de São Paulo, estou diretamente envolvido nas duas convenções. Então, é um período crítico. E é óbvio que assim como eu há outros membros da Comissão, principalmente da bancada do PMDB, que têm esse problema. Então, se nós



podéssemos encaminhar na direção que o Relator apresenta, com prazo para o debate, garantindo-se o debate e discussão, eu acharia que esse encaminhamento, pelo momento político que nós estamos vivendo, seria mais razoável, porque eu tenho a preocupação de impedir que na quinta-feira não haja **quorum** para deliberação na Comissão. Essa é a minha preocupação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – É, mesmo porque esta semana é atípica, não podemos esquecer que esta semana é São João...

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Santo Antônio. Por favor, não troque o santo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Aliás, é um dos meus santos protetores, que está até em meu bolso, porque sempre invoco todos para ser sempre bem forte. Tem Santo Antônio, São Judas, e eu sempre invoco todos. Então, esta semana é uma semana atípica, e vários Parlamentares não estarão presentes na Casa, porque têm as suas obrigações regionalizadas. E temos, na quinta-feira, o jogo do Brasil, na madrugada. Parece que a decisão da Mesa é: o dia em que há jogo, não há sessão de manhã, não há nada até o meio-dia, pelo menos, na Casa, ou seja, quinta-feira nós temos que esquecer. Amanhã é um dia em que os homens compromissados também têm que retornar cedo para casa, porque é o Dia dos Namorados. Muitos Parlamentares não estarão aqui por compromissos regionalizados. Então, é uma semana complicada. Nós estamos terminando uma semana complicada. Se existir a possibilidade de fazer todo o processo de votação e discussão hoje, é claro que seria de contento de todos os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Berzoini.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Eu concordo integralmente que a gente deve avançar o máximo possível hoje. Eu só não vejo necessidade de votar, necessariamente. A não ser que haja um grande acordo.

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Claro.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Podemos votar amanhã aquela proposta de fazer para 12 horas, 12 horas e 30 minutos. A etapa da votação é mais rápida, é mais fácil. A discussão é que demora mais. Então, podemos fazer a discussão hoje e a votação amanhã. Na discussão, há espaço ainda para algum tipo de entendimento. E amanhã fazemos a votação. A não ser que hoje cheguemos a um amplo acordo, a um amplo consenso. O que me preocupa é que, como vamos



começar tarde a discussão, muitos Deputados podem não estar na Casa e não haver **quorum** para a votação. A votação do relatório exige **quorum**. Então, é fundamental que tenhamos **quorum**. Acho que amanhã, logo após as Comissões, é mais fácil obter o **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu quero dizer aos Srs. Deputados o seguinte: nós vamos iniciar a reunião e iniciar a discussão assim que terminar a sessão da Câmara de hoje. Pode ser que não haja Ordem do Dia e termine rapidamente, e nós faremos reiniciar os trabalhos da Comissão, dando início à discussão. Terminada a discussão, quando eu serei rigoroso na observância dos 15 minutos, que é o que o Regimento prevê, terminada para cada um dos inscritos, evidente, se houver **quorum** e houver entendimento, vota-se hoje o relatório. Senão, nós convocaremos uma reunião para amanhã a partir das 12 horas, meio-dia, para a votação do relatório. Mas procuraremos, se possível, encerrar a discussão ainda hoje. Então, está suspensa a reunião até o término da sessão da Câmara.

*(É suspensa a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, diante da posição da maioria dos membros desta Comissão, eu queria fazer duas comunicações. Primeiro, que nós vamos reabrir os trabalhos da 37ª reunião. Antes de dar início à discussão, eu vou solicitar ao Sr. Relator que nos diga quais as principais modificações que acolheu. Com a palavra o Relator, Deputado Robson Tuma. Depois daremos a palavra aos oradores inscritos pelo prazo de 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Na verdade, foram feitas várias modificações pequenas no teor do relatório. Mas para que eu possa fazer uma síntese e não fique aqui, página tal, mesmo porque todos acompanharam praticamente todas as modificações feitas pelo Relator, o principal em relação às mudanças foram no final, quando se trata da síntese das conclusões e os encaminhamentos da Comissão. Era ali no relatório apresentado no início, era um item que continha cerca de dez páginas, ele era bem sucinto e ele apresentava alguns encaminhamentos no final. E desta vez nós apresentamos um que é de 39 páginas, aproximadamente 40 páginas. E nós separamos os itens sintetizados do teor do relatório, como as causas da RAET. Colocamos aqui que não havia, anteriormente... Mesmo não havendo a presença do Ministro Pedro Malan e mesmo não havendo a presença do Ministro Ciro Gomes, foram feitas pela Comissão um



questionamento escrito para que esta Comissão não tivesse o prejuízo de não ter pelo menos algum subsídio oferecido por eles. Então, aqui estão colocados questionamentos feitos ao Ministro Pedro Malan e questionamentos feitos ao ex-Ministro Ciro Gomes e a resposta do atual Ministro Pedro Malan. Para a frente, nós fizemos um capítulo sobre as transferências — isso tudo na síntese, fora as modificações, que foram muito pequenas no relatório — da dívida do Governo do Estado de São Paulo para crédito em liquidação no balanço de 1994. E foi sintetizado, também, como um índice do final do relatório. Depois, nós fizemos um item específico, também sintetizado no final do relatório, sobre as negociações das ações do BANESPA, as compras e vendas das ações do BANESPA nos momentos em que se poderia haver informações privilegiadas. Depois, fizemos também uma síntese sobre os créditos do setor privado do BANESPA. Fizemos também no final um outro capítulo separado sobre o processo de avaliação e privatização do BANESPA. Depois, nós fizemos um capítulo sobre as operações suspeitas de irregularidades que nós, da CPI, por algum motivo, não conseguimos investigar, ou por que o indivíduo não apareceu, ou por algum motivo, e pedimos a continuação da investigação ao Ministério Público. Como é, aqui, o caso específico daqueles que nós não pudemos ouvir por uma decisão da Presidência da Casa, que era o requerimento de minha autoria, que foi aprovado no dia 15/05/2002, e que, posteriormente, em resposta a uma questão de ordem em plenário, não puderam ser ouvidas as pessoas. E, depois, o capítulo dos indiciamentos, recomendações e encaminhamentos, onde nós demos um tratamento igual a todos os indiciamentos. Encaminhar ao Ministério Público para que este tome as providências devidas. Então, em síntese, a grande mudança, entre outras pequenas, repito, feita foi que nós sintetizamos no final, tanto é que se chama o item 9º do relatório “Sínteses, conclusões e encaminhamentos”. Fizemos pequeno resumo daquilo que estava dentro e que está dentro do conteúdo do relatório final da Comissão, que é de 389 páginas. Então, ficam 389 páginas e, agora, as conclusões, cerca de 40 páginas, no final do relatório. Isso, na verdade, foi feito com várias opiniões, várias situações em que os colegas da Comissão vieram apresentar à minha pessoa, desde São Paulo, quando eu apresentei o relatório final da Comissão. Foi pedido vistas coletivas, ou seja, vistas por vários membros da Comissão, e eu ofereci trabalhar todo fim de semana em São Paulo, e vários Parlamentares, a meu pedido, inclusive, com o



próprio Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Marcelo Barbieri, Deputado Julio Semeghini, o próprio Deputado Luiz Antonio Fleury, começaram a encaminhar algumas opiniões a respeito de alguns aspectos do relatório. Eu absolvi algumas delas, fiz um novo documento, que foi discutido hoje à tarde junto com aqueles que tinham apresentado algumas de suas considerações a respeito do relatório, foram rediscutidas essas posições, e obviamente chegamos a um relatório final. É por isso que ainda está em fase de cópias. É por isso que estamos aguardando o fim das cópias serem tiradas por esta Comissão. Quero deixar bem claro que não foi um atraso deste Relator, mas uma questão de democratização deste Relator em relação ao relatório, para que esse relatório pudesse ser votado por todos, com a consciência tranqüila de que estavam votando por um relatório feito sem injustiças e bem tranqüilo, ao que se tange a tudo que aconteceu com o BANESPA, seja nos fatores que levaram ao RAET, os fatores que ocorreram durante o RAET, a federalização e a privatização do banco. Então, essas são as mudanças substanciais que ocorreram em relação ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu indago do Deputado Ricardo Berzoini...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Só esqueci, desculpa, Sr. Presidente. Quando citei alguns deles, eu não citei o Deputado Dado, que também mandou para mim, no fim de semana, enfim, quase todos os Parlamentares da Comissão mandaram sugestões. É que eu, para eliminar tempo... Desculpa Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Consulto o Deputado Ricardo Berzoini se V.Exa. tem condições de fazer a sua intervenção ou prefere aguardar a cópia final.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Há previsão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Há previsão, Secretário da Comissão?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Uma já tinha sido impressa e estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está vencendo em cinco minutos. Suspendo a sessão por cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Podemos aguardar para não começar a ler sem o relatório.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O lanche já está sendo providenciado, Deputado Marcelo Barbieri. Deve chegar em breve. Suspendo a sessão por cinco minutos. *(Pausa.)* Declaro distribuída a primeira cópia. Estando o Sr. Relator com mais uma cópia, para que possa eventualmente acompanhar as declarações, declaro reabertos os trabalhos. Dou a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ricardo Berzoini, por 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos da CPI e também cumprimentar o Sr. Relator pelo esforço de conduzir essa sistematização e também pela disposição ao diálogo, pela forma como buscou, com as dificuldades naturais de uma CPI como essa, construir um relatório que pudesse chegar próximo do consenso e que pudesse, a partir dessa tentativa, viabilizar uma votação mais tranqüila do relatório. A bancada do PT nesta CPI discutiu, a partir da versão anterior do relatório, apresentou algumas sugestões ao Relator, em conjunto com o Deputado Marcelo Barbieri e o Deputado Fleury, e apresentamos outras de autoria da bancada do PT. Reconhecemos o esforço que foi feito para produzir alguns avanços em relação àquilo que foi apresentado originalmente. No entanto, por uma questão de debate partidário interno nosso, nós não queremos deixar, em hipótese alguma, de apresentar qual a nossa posição. Encaminharemos à Mesa, em seguida, não como voto em separado, porque queremos contribuir no esforço de viabilizar uma votação a mais consensual possível, senão unânime, mas como um registro que nós queremos juntar aos autos da CPI, como uma posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, com todo respeito a todos os interesses que nós sabemos que há nesta CPI e também as posições políticas que achamos legítimas e que têm que ser levadas em consideração, porque a CPI é, antes de tudo, uma Comissão política. Então, passo a ler, e não vou ler o documento todo, mas vou ler os pontos mais importantes do documento que a bancada do PT preparou e que já considero como sendo uma declaração de posição da nossa bancada. Então, o primeiro item é sobre as causas do RAET. Inclusive, quero registrar que alguns dos itens que citei nesse documento foram acatados pelo Sr. Relator e eu o cumprimento exatamente por essa disposição ao diálogo. Nesse item, nós queremos sistematizar basicamente a seguinte análise, para não ter que ler o documento. O RAET ocorreu em dezembro de 1994, a partir de todo um histórico que vem de uma





cultura de utilização dos bancos públicos estaduais como instrumentos de Governo, o que é correto, porém, muitas vezes, sem a observância do caráter prudencial que deve caracterizar a administração de uma instituição financeira. O BANESPA, por um longo período, foi utilizado, inclusive como outros bancos estaduais também, como um instrumento de captação externa ou um instrumento de consolidação de dívidas, o que acabou por contaminar o seu patrimônio — os seus ativos, perdão — e criar uma situação de deterioração patrimonial e de iliquidez. Quero destacar muito rapidamente duas operações que eu considero que contribuíram de forma importante para isso. Uma, a ARO, Antecipação de Receitas Orçamentárias, que era um empréstimo que se praticava muito no sistema financeiro e que o Governo do Estado fez junto ao BANESPA, em 06 de dezembro de 1990, no valor de 440 milhões de dólares. Cabe ressaltar que o DEURB, que era o departamento que fazia a análise do BANESPA, deu parecer contrário, em 29 de agosto, baseado nas Resoluções 1.559/88 e 1.687/90, além da Circular 1.470/89, todas do BACEN, que estipulam em 30% do PL o limite de risco por cliente. Mas o então Chefe do DEURB, Geraldo Sarmiento, acaba autorizando o pedido em 30 de agosto; e o Delegado Regional do BACEN em São Paulo, que depois viria a ser interventor do BANESPA, Altino da Cunha, aprova o pedido em apenas três dias, no dia 03 de dezembro. Em depoimento à CPI, no dia 10 de outubro, Altino da Cunha afirmou que a autorização só se referia aos limites de endividamento do Estado que estavam adequados à Resolução 94/89, do Senado. Estranhamente, o Banco Central analisou o enquadramento do Estado e não do BANESPA. O Presidente do BANESPA na época era Wadico Bucchi, ex-Presidente do Banco Central, período em que foi editada a Resolução 1.687/90, acima citada. A Diretoria e a Presidência do BANESPA permitiam tal exposição do banco, contrariamente às resoluções do Banco Central. O Presidente e o Diretor de Fiscalização do Banco Central na época eram, respectivamente, Ibrahim Eris e Eliseu Martins. Eliseu, posteriormente e coincidentemente, tornou-se Presidente da FIPECAFI, fundação que foi contratada pelo próprio BACEN no processo de preparação da privatização do BANESPA. A outra operação ARO, de 220 milhões de dólares, de 06 de dezembro de 90, foi aprovada em 23 de novembro e protocolada em 26 de novembro. O BACEN não respondeu. Em 05 de dezembro, o BANESPA — Presidente Wadico Bucchi — aprova, atendendo pedido de José Campos Machado, Secretário da Fazenda de



São Paulo, e enviada naquele mesmo dia, com base na Resolução 94/89, do Senado, que dá prazo de resposta de cinco dias úteis ao BACEN. Em 3 de dezembro, o BACEN indefere pedido e, baseado na Resolução 1.775/90, editada três dias antes, revoga a Resolução 346/75, a qual proíbe empréstimos a sócios com mais de 10% do capital. Paralelamente, o Senado prorroga de 30 de novembro para 7 de dezembro a vigência da Resolução 94/89, a mesma na qual o BACEN se baseara para autorizar o Estado à ARO de 6 de setembro. Quais foram os desdobramentos das ARO's. Estou, inclusive, omitindo uma parte, porque acho que é muito técnica e não vale a pena a leitura. Vale a pena depois a leitura atenta por quem se interessar. Desdobramento das áreas. As operações não foram pagas. Em março de 1991, o Governo de São Paulo propõe pagá-las em dez parcelas, mas não cumpre. Em fevereiro de 1992, fecha-se acordo consolidando o débito para pagamento em doze anos, mas o acordo foi construído de forma tecnicamente inviável. As parcelas, até o final de 1994, não pagavam nem os juros. No final de 1994, 97% da dívida em operações de crédito de 8,4 bilhões de dólares de São Paulo com o BANESPA se originam dessa consolidação. Só as ARO's, já em 3,3 milhões, representam 30% da dívida total de São Paulo frente ao Banco. Evidentemente, as ARO's já não existiam mais, mas atualizando proporcionalmente. O BANESPA aceitou as condições do acordo inviável na gestão do Presidente Antônio Cláudio Sorrachevsky. O Banco Central não se manifestou sobre o acordo, mesmo sabendo de seus impactos para o BANESPA. O Presidente do Banco Central era Francisco Gros, que hoje é Presidente da PETROBRAS, sucedido depois por Gustavo Loyola, Paulo César Ximenes e Pedro Malan, no período até dezembro de 1994. O agravamento da situação do BANESPA e seus componentes. A situação do BANESPA, que já era grave face ao comprometimento dos seus ativos com o Estado de São Paulo e uma série de operações de crédito junto ao setor privado, que também provocaram prejuízos, se agrava ainda mais. Durante o ano de 1994, com o Plano Real, a situação do Banco ficou pior, por duas razões principais: a queda da inflação, que reduziu as chamadas receitas inflacionárias, o **float**, e a alta taxa de juros. Essas são causas que não têm a ver com a administração do Banco, é uma questão conjuntural, mas evidentemente a administração tem que interagir com a conjuntura. O maior impacto se dá quando importante banco privado, o BRADESCO, e há indícios de que foi por orientação do



Banco Central, resolve suspender, no início de setembro, a rolagem de três bilhões de reais de títulos estaduais e municipais de São Paulo. A direção do BANESPA busca trocar títulos estaduais por federais, visando liquidez, e o BACEN, em atitude desastrada ou intencional, somente autoriza a troca às 21 horas e cria um quadro de desconfiança em relação ao BANESPA no mercado. Ciro Gomes, que se recusou a depor na CPI, havia assumido o Ministério da Fazenda em 08 de setembro. Em 17 de maio, como Governador do Ceará, dissera, em entrevista ao **Jornal da Tarde**, que "o BANESPA está quebrado", entre aspas. No programa **Roda Viva**, de 25 de setembro do ano seguinte, 1995, já não era Ministro, dirá que determinou a intervenção no Banco assim que assumiu, mas que o Banco Central desacatou sua ordem. O Presidente do Banco Central era Pedro Malan, atual Ministro da Fazenda. Em 13 de setembro começam as dificuldades do Banco para captar CDI, obtidos pelo Banco do Brasil via GEROF. Iniciam-se as idas ao redesconto. De setembro até dezembro, o Banco do Brasil viabilizou, via GEROF, a captação para financiar a deficiência de liquidez do BANESPA. No final de outubro, essa captação diminuiu, levando o BANESPA a socorrer-se na assistência de liquidez do Banco Central até dezembro. Em 29 de dezembro, o Banco do Brasil reduz ainda mais seus repasses, apenas 400 milhões, e o Banco Central recusa redesconto por falta de garantias. O rombo é de 5,9 bilhões, recusados naquele dia – 400 milhões de CDI, 4,2 bilhões de redesconto e 1,3 bilhão adicionais recusados naquele dia. Nesse dia, apesar de inúmeras tentativas de contato por parte do Presidente do BANESPA, que era o Meinberg, e do então Governador Fleury, junto aos dirigentes do Banco Central, o comportamento do Banco Central indica o desejo de não realizar a interrupção e ganhar tempo para tornar inevitável o RAET. Depoimento de Yoshiaki Nakano na Câmara à CPI do BANESPA, realizada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, comprova que uma semana antes membros da Diretoria do Banco Central haviam procurado representantes do Governo eleito, Covas, para negociar uma administração compartilhada da própria intervenção, o que demonstra, e para mim fica claro nesse aspecto, que houve um processo de buscar construir as razões para a RAET, ou seja, razões de falta de liquidez havia, dificuldades havia, mas o Banco Central contribuiu para esse quadro. As conseqüências do RAET na dívida do Estado para com o BANESPA. Disposto a só aceitar uma única solução para o BANESPA, a privatização, o Governo Fernando Henrique impediu qualquer outro



tipo de acordo que mantivesse o controle acionário do Banco nas mãos do Estado de São Paulo. Devido a essa obstinação e atendendo solicitações do FMI e a política da área econômica para os bancos estatais, o período de intervenção estendesse até o Governo Estadual ceder e assinar os acordos de federalização do BANESPA. Nesse período, a dívida do Estado de São Paulo com o BANESPA subiu de 9,4 bilhões para cerca de 27 bilhões, causando muito mais prejuízo aos cofres públicos. É importante ressaltar que o aumento do débito foi resultado exclusivo da política de juros do Banco Central, tendo em vista que o Governo Mário Covas não fez nenhum novo empréstimo junto ao BANESPA, assim como o Governo Fleury, que também não contraiu nenhum novo financiamento. Era necessário outra solução para o BANESPA, através de uma renegociação da dívida do Estado ainda em 1995, solução que seria muito mais rápida e bem menos dispendiosa. Porém isso não interessava à política preconcebida do Governo e da equipe econômica de privatizar os bancos estatais a qualquer custo, mesmo que esse fosse muito maior para sociedade. Como conclusões desse trecho do relatório, eu registro que: 1. Os Governos Maluf, Montoro e Quéricia ampliaram sensivelmente o endividamento do Estado de São Paulo com o BANESPA, prejudicando a situação patrimonial do Banco; 2. O Governo Fleury renegociou a dívida em condições técnicas inadequadas, cujos termos não propiciavam nenhuma amortização, sequer o pagamento integral dos juros. A concessão ou renovação de vários créditos do setor privado demonstram, no mínimo, má gestão da direção do BANESPA. O Banco Central em todo esse período falhou na fiscalização e cabe apurar se por motivo de deficiências operacionais na Diretoria de Fiscalização ou por conveniências políticas do Governo de então. O comportamento do Banco Central, presidido por Pedro Malan, e do Ministro da Fazenda Ciro Gomes, entre setembro e dezembro de 1994, indica premeditação da intervenção no BANESPA, especialmente a atuação da GEROF do BB, as declarações de Ciro Gomes na imprensa e o comportamento de Pedro Malan e Alkimar Moura nos dias que antecederam a declaração do RAET são indícios dessa manobra política. Em relação à balança, Sr. Presidente, não vou ler, porque o que está no relatório do Relator contempla praticamente 100%. Então, não vou tomar o tempo desta Comissão. Queria registrar, em relação aos créditos ao setor privado, que é muito curioso que em quase em todas operações investigadas pelo Banco Central aparece o nome do senhores Vladimir Rioli, Edson Bonan e



Saulo Krichanã como pessoas que deferiram ou que analisaram as operações e que, com certeza, o Ministério Público deve analisar essas três pessoas como elementos que podem ter contribuído bastante com esse aspecto menor da deterioração do BANESPA, já que o montante de crédito junto ao setor privado não é comparável ao comprometimento dos ativos do BANESPA junto ao setor público. Na avaliação e modelagem, também o relatório contempla bastante. Cabe apenas registrar que é uma questão em discussão hoje, inclusive na USP, o papel das chamadas fundações. Nesse caso do BANESPA, ficou claro que a FIPECAFI atuou meramente como agenciadora de terceirização, ao invés de ser uma fundação que pudesse efetivamente dispensar da licitação por notório saber ou por notório conhecimento. Chegamos ao extremo do Presidente da Fundação, que foi Diretor do Banco Central e que posteriormente veio a ser Presidente da FIPECAFI, se autocontratar e achar isso normal. Em relação ainda à avaliação, as premissas adotadas pelo Banco Fator. No processo de avaliação para privatização, ficou clara a manipulação, no meu entendimento, do Banco Fator, particularmente em relação à taxa de desconto, que contribuiu para depreciar o valor, o preço mínimo do Banco. E coloco neste documento um trecho da **Gazeta Mercantil**, do primeiro trimestre de 2002, mostrando que o lucro líquido, só no primeiro trimestre de 2002, do BANESPA controlado pelo Santander, foi de 526 milhões de reais, nada menos do que 411% superior ao registrado no primeiro trimestre de 2001. Se o ganho se repetir nos próximos trimestres, o Banco fechará o ano com um resultado superior a 2 bilhões, rentabilidade anualizada, pasmem, de 74,6% ao ano. Cito também a questão da multa da Receita Federal e sua caracterização contábil, entendendo que esse é um fator de depreciação do patrimônio líquido que ajudou a gerar créditos tributários. Os itens títulos federais foram liberados às vésperas da privatização, prejuízo do Estado de São Paulo com a venda do BANESPA são itens que são importantes do ponto de vista da avaliação e que o Sr. Relator se comprometeu a incluir no relatório. A nossa conclusão é que o BANESPA foi utilizado pelos Governos Federal e Estadual como ferramenta econômica e monetária, o que deteriorou sua situação entre os anos 70 e 90. A aliança neoliberal, que hegemonizou o Ministério da Fazenda no Governo Itamar Franco, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, que coordenava a estratégia para o sistema financeiro, tendo como objetivo a privatização dos bancos estaduais, não tomou providências em tempo para evitar o agravamento da situação



do BANESPA e de outros bancos estaduais. Sabedores do posicionamento, na época, do Governador eleito Mário Covas, que era contrário, na época, à privatização do BANESPA, aproveitaram o ocaso do Governo Fleury, e ainda antes da posse de Covas, para criar as condições para o RAET. Feita a intervenção, todos os obstáculos foram erguidos para evitar a devolução do Banco ao Estado de São Paulo, a fim de viabilizar a privatização. E cito quais são os fatos que demonstram essa manobra. Gostaríamos, dependendo da bancada do PT, de encaminhar para o Ministério Público uma série de autoridades que foram responsáveis por esse processo na época. Não vou ler completamente; entrego à Mesa da Comissão. Quero registrar, mais uma vez, meus parabéns para a condução do Presidente e do Relator. Embora tenha divergências com o relatório, eu reconheço que este foi construído com bastante dificuldade, em função de todo o quadro político da Comissão e da própria dificuldade do tema, que é complexo e bastante árido, mas gostaria de registrar essa posição em nome da bancada do PT, porque compreendo que o esforço para produzir esse relatório, que envolveu vários partidos, não pode evitar a manifestação de posições de cada bancada que tenha divergência com essas posições. Gostaria de solicitar do Sr. Relator a possibilidade de incluir em seu relatório, para encaminhamento ao Ministério Público, o nominalmente citado Sr. Carlos Eduardo de Freitas, em função de sua postura em relação à documentação que foi encaminhada pela FIPECAFI, e que ele alegou desconhecer, quando era uma carta encaminhada diretamente àquele diretor e com a responsabilidade de autorizar o pagamento. Portanto, não cabe a alegação de desconhecimento, porque me parece que ela veio muito mais pela gravidade do fato da confissão de manipulação que a FIPECAFI assume naquela carta assinada pelos Srs. Artêmio Bertolini e Ariosvaldo Matos Filho. É só isso para a discussão. Quero, mais uma vez, parabenizar todos os membros da Comissão, que se esforçaram para levar à frente esta CPI, apesar de, no início, a CPI ter sido questionada como uma CPI suspeita, que não produziria um relatório a contento. Embora este relatório não me contente em 100%, acho que ele é um avanço na apuração do que aconteceu com o BANESPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Passo a palavra ao segundo inscrito, Deputado Marcelo Barbieri.



**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras membros desta Comissão, queria, em primeiro lugar, também cumprimentar a conduta que V.Exa. teve ao longo dos trabalhos. V.Exa., que tem sido ainda recente... Um editorial de um jornal de São Paulo questionando o fato de V.Exa. ter presidido estes trabalhos, mas quero lembrar que o primeiro ato que V.Exa. teve foi abrir mão de seu sigilo bancário e fiscal e requerer – não apenas abrir mão teoricamente – ao Banco Central o envio do sigilo bancário no período em que V.Exa. esteve à frente do Estado de São Paulo e foi o período em que foi levado ao RAET. Quero também registrar que, durante todo o período de investigação, com uma única exceção, todos os requerimentos atinentes ao período de V.Exa. e de Governadores anteriores foram aprovados por unanimidade. Portanto, não houve nenhuma restrição à liberdade de investigação no período que antecedeu o RAET, apenas com uma exceção, que não vamos aqui citar, porque é de domínio público e foi recorrida à Mesa da Câmara. Fora esse caso, nenhum outro caso houve que restringisse a ação da Comissão no período anterior ao RAET, muito embora o objeto da CPI fosse exatamente o período do RAET, tão-somente de acordo com o que prevê o art. 58 da Constituição, que afirma que a CPI deve-se ater a um fato determinado. Quero, por outro lado, Sr. Presidente, registrar que eu tenho aqui uma clara divergência política com relação ao nobre Deputado Berzoini, que me antecedeu, quando ele, a meu ver, na sua colocação, no seu relatório, naquilo que não foi incorporado pelo Relator, enfraquece politicamente a ação deliberada, comprovada por esta CPI e criminosa de tentativa de quebra do Banco, com a ação da direção do Banco Central, em 1995, na fatídica reunião realizada pela direção do Banco Central com o intuito de lançar todos os créditos do Estado de São Paulo, como créditos em liquidação, créditos impagáveis, e com isso levar à falência do banco, com o patrimônio líquido negativo de quatro bilhões, quando o banco havia apresentado lucro no ano de 1994. Da mesma forma, Sr. Presidente, cabe aqui um registro que o BANESPA foi deliberadamente, com intenção política clara do atual Governo Federal, intencionalmente levado à privatização. Todos os depoimentos feitos aqui... E ressalto aqui o depoimento do ex-Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida; ele falou claramente aqui que a intenção era privatizar o BANESPA. Isso, sim, é digno que se faça o registro, que está incorporado aqui no relatório do Relator. De outra parte, Sr. Presidente, não posso deixar de ler aqui carta que foi



encaminhada a esta Comissão pelo ex-Governador Quéricia para esclarecer o assunto pertinente ao RAET, à ARO, que o nobre Deputado Berzoini levantou em sua arguição. Eu rapidamente leio uma carta muito objetiva: “Exmo. Srs. Deputados, Presidente, Relator e membros da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o RAET do BANESPA, pela presente, venho manifestar a V. Exas. meu inconformismo com o encerramento, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, da fase de colheita e obtenção de provas, informações e opiniões sobre os atos e procedimentos praticados pelos diretores do Banco Central do Brasil e por seus representantes ou prepostos, durante o Regime de Administração Especial do BANESPA. Como já havia manifestado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, era minha intenção comparecer perante V. Exas. a fim de manifestar o meu mais veemente repúdio à decretação do RAET no BANESPA, em 30 de dezembro de 1994, e à forma como esse banco foi tratado pelas autoridades federais, notadamente pelas do Banco Central, durante os três anos que durou esse regime. No entanto, como não me foi dada essa oportunidade, passo pela presente a tecer algumas considerações que reputo da maior importância para serem registradas nos Anais desta Comissão Parlamentar de Inquérito e nos da Câmara dos Deputados. Faço-o com a honra e o orgulho de ter sido Vereador e Prefeito de Campinas, Deputado Estadual, Senador, Vice-Governador e Governador do Estado de São Paulo, e que por isso conhecia como poucos a importância e o significado desse banco estatal para as entidades de órgãos públicos do nosso Estado, para os Municípios paulistas, para os empresários, notadamente para os pequenos comerciantes, industriais e profissionais liberais, para os agricultores em geral, para os funcionários públicos de todos os níveis, enfim, para todo o povo brasileiro que ganhava o pão de cada dia no Estado de São Paulo e se utilizava do BANESPA. Tenho afirmado e venho reafirmar a V. Exas. que a intervenção, a federalização e a privatização do BANESPA foi um crime de lesa-pátria cometido contra o Estado de São Paulo. Foi o maior desrespeito a que já assisti para com todo esse povo. Foi o maior engodo que já se cometeu sob a aparência de uma falsa legalidade. Isso tudo, pela gravidade, impõe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a responsabilidade de analisar, com o maior rigor possível, as provas obtidas sobre as causas e os procedimentos dessa intervenção. Não é possível e não se pode admitir que simples funcionários burocráticos, como foram os do Banco Central do Brasil, desde os mais





graduados, seus diretores, até os menos, tivessem tanto poder, a ponto de tirar do Estado mais forte da federação um de seus mais valiosos patrimônios, um dos maiores bancos do País. Não é possível aceitar que eles, teóricos de pouca experiência administrativa, comercial ou pública, pudessem inventar causas, alterar situações e protelar soluções a seu bel-prazer, sem que alguma consequência não lhe pudessem advir. As causas que levaram à falta de liquidez temporária do BANESPA, nos idos de 1994, estão muito bem explicitadas na ação popular que tive o privilégio de intentar, juntamente com outros brasileiros de valor, contra a União, o Banco Central, o Ministro da Fazenda, Presidentes e Diretores do Banco Central e do Conselho Interventor do BANESPA, onde tive oportunidade de demonstrar que a má implementação e a errônea e impeditiva execução do Plano Real, com o desmedido enxugamento da base monetária e a brutal elevação das taxas de juros, sem que tivessem sido adotadas as medidas preventivas e equacionadoras da situação econômica e financeira dos Estados e Municípios brasileiros, causaram um monumental prejuízo ao Estado de São Paulo de mais de 20 bilhões de reais, cujo ressarcimento ao erário paulista pleiteamos na ação popular. A análise cuidadosa e minuciosa do que foi exposto na referida ação popular trará, com certeza, elevados subsídios a esta Comissão Parlamentar. O BANESPA era, por esse dispositivo, inserido pela Assembléia Estadual Constituinte na constituição do Estado de São Paulo, o agente financeiro do Tesouro paulista. Vejam bem, não era pela vontade deste ou daquele Governador, deste ou daquele cidadão, mas pela vontade dos Deputados constituintes paulistas. Reconheceram eles, com exceção desse dispositivo constitucional, que o BANESPA, como instituição captadora de recursos financeiros, tinha de bom feito pelo Estado de São Paulo para as estatais paulistas, para o seu povo, ao emprestar-lhes recursos ao longo dos últimos 50 anos, e decidiram que ele, o BANESPA, assim deveria continuar como agente financeiro no Estado, e, para isso, acresceram essa sua qualidade da Constituição paulista. Quantas atividades industriais, comerciais e agrícolas se desenvolveram com os préstimos do BANESPA? Quantas escolas, postos de saúde, estradas, delegacias de polícia e presídios foram construídos no Estado com a ajuda do BANESPA? Quantas casas e apartamentos foram por eles financiados? Quantos milhares de quilômetros de redes de água, esgoto, luz e gás, saneamento, enfim, foram por eles abalizados? Quantos salários de funcionários de empregados públicos e privados



foram pagos com o auxílio do BANESPA? Quantas famílias viveram mais felizes por contarem com tudo isso? Sempre me pareceu, Srs. Deputados, que esse bem-estar da população, que essa melhoria da qualidade de vida era a verdadeira finalidade a ser buscada pelo administrador público. E por que o BANESPA continuava ser esse importante banco? Esse importante financiador da melhoria da qualidade de vida do povo paulista, os financistas de ocasião, os entendidos nos momentos teóricos da globalização, os defensores dos interesses do FMI e dos capitais internacionais, enfim, os que chegaram aos órgãos diretivos do Governo Federal e do Banco Central, naquele final de 1984, começo de 1995, deliberaram acabar com o BANESPA, deliberaram acabar com os bancos públicos estaduais. Para isso, não titubearam em falsear dados, em deturpar operações, em falsificar situações, em divulgar informações incorretas e inventar provisões para devedores duvidosos, em adulterar e fraudar balanços, emprestar falsos testemunhos. Para isso, não titubearam em caluniar, em difamar, em ofender e violentar a honra e a imagem das pessoas que, como eu, passaram pela administração pública estadual, bem como as que administraram o BANESPA. Mas o tempo, Sr. Presidente, se encarregou de mostrar as verdades, de mostrar quem agiu de boa-fé e quem estava de má-fé, demonstrar quem estava com a razão e quem não estava, de mostrar que, enquanto no meu Governo, em 1990, o Tesouro do Estado tomou 642 milhões de dólares de empréstimos no BANESPA para pagar os salários de 13º salário, no final do ano, do funcionalismo público, porque a arrecadação havia caído brutalmente por efeito do Plano Collor, e serviu, de outro, para mostrar que no Governo deles eles aumentaram a dívida interna do País de 58 bilhões de reais, em julho de 94 e no início do Plano Real, para 638 — repito, Sr. Presidente, — 638 bilhões de reais em abril de 2002. Enquanto os parcos 642 milhões, vejam bem, 642 milhões que meu Governo tomou emprestado serviram para manter as mínimas condições de vida das famílias dos servidores públicos estaduais, os 580 bilhões de reais — repito — bilhões, que eles aumentaram na conta de empréstimos, serviram para manter com as elevadas taxas de juros as melhores condições de vida dos capitalistas, dos exploradores financeiros, dos que passaram a ser donos dos títulos públicos federais. Enquanto os investimentos que meu Governo realizou em São Paulo serviram para aumentar o nível de emprego e melhorar as mínimas condições de vida da nossa população, as economias financeiras que eles fizeram serviram para



e elevar o desemprego a níveis jamais atingidos, para transformar em déficit os superávits antes existentes no comércio exterior, para transferir para os capitalistas nacionais e internacionais as nossas maiores empresas públicas. Privatizações essas que renderam mais 71 bilhões de dólares — 71 bilhões de dólares —, também destinados à amortização da dívida pública. Enfim, as reduções financeiras que eles fizeram barraram o desenvolvimento e o crescimento da economia brasileira e do Brasil. Será que eles estão certos? O tempo, Sr. Presidente, encarregar-se-á de mostrar não apenas os que estavam e estão certos, e os que estavam estão errados, mas principalmente os que agiram com bons sentimentos e com boas intenções, visando efetivamente à melhoria das mínimas condições de vida do nosso povo. Além disso, quero deixar consignado que os empréstimos feitos no final do meu Governo acima referidos, no montante de 640 milhões de dólares sob a forma de ARO's, estavam previstos na Constituição Federal, art. 165, Inciso VIII, e 167, Inciso IV; e na Constituição Estadual, art. 174, Inciso VIII, e 176, Inciso IV. Estavam disciplinados pela Resolução nº 9.489, do Senado Federal, com vigência prorrogada pela Resolução nº 5.090, de 29/11/90, já que era da competência privativa do Senado Federal a disciplina dos empréstimos públicos, conforme a Constituição Federal, art. 52, Inciso VII e IX, motivo pelo qual, nos termos do afirmado pelos Profs. Celso Antônio Bandeira de Melo e Geraldo Ataliba e pareceres por eles elaborados a pedido do Secretário da Fazenda do Estado, não podia a Lei Federal usurpar a competência privativa do Senado. Estavam as referidas operações ainda fundamentadas na Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, Normas Gerais de Direito Financeiro, art. 7º, Inciso II, e na Lei Orçamentária Estadual nº 6.626, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento para 1990, art. 5º. O próprio Conselho Monetário Nacional regulamentou a realização dessas operações, como se vê da Resolução nº 346, de 3 de novembro de 1975, alterada pela Resolução nº 1.376, de 30 de julho de 1987, e da Resolução nº 1.718, de 29 de maio de 1990. Trataram-se as três primeiras operações, autorizadas prévia e expressamente pelo Banco Central, telex de 4/7/90, de 3/8/90, de 31/08/90, de 5/9/90; e a última autorizada tacitamente nos termos do art. 5º, Inciso I, da Resolução nº 9.489, do Senado Federal, em virtude do Banco Central não ter se manifestado no prazo do art. 8º, Inciso IV, da mesma Resolução. As duas operações AROs firmadas em 6/9/90 e em 6/12/90 foram quitadas em 17 de fevereiro de 1992.



Logo a seguir, toda a dívida pública estadual foi consolidada para pagamento em prestações mensais durante 12 anos, com base na autorização concedida pelo Conselho Monetário Nacional, em sua 535ª sessão, através da aprovação do Voto nº 092, de 92, do então Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Quando da decretação do RAET, tais empréstimos encontravam-se assim formalizados, motivo pelo qual jamais poderiam os diretores do Banco Central do Brasil transferi-los para créditos em liquidação, configurando essa tentativa, no mínimo, na prática do crime de adulteração e falsificação do balanço do BANESPA do dia 31 de dezembro de 94, conforme ação judicial aceita e acatada pela Justiça Federal do Brasil." Aproveito para anexar à presente um trabalho denominado "O BANESPA durante o Governo Orestes Quércia", que apresenta algumas informações a respeito da sua ótima situação econômico-financeira no final de 1990. Que V.Exas. possam ter alcançado, ao longo dos trabalhos desta CPI, essa visão do que aconteceu com o BANESPA e do que está acontecendo como nosso País. São os meus votos, muito obrigado. Atenciosamente, Orestes Quércia." E gostaria também, Sr. Presidente, com uma carta bem mais curta, não posso deixar de registrar também nesse momento histórico na vida deste Parlamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – V.Exa. tem... Vou conceder mais cinco minutos de prorrogação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** – É rápido. V.Exa. me concede... É uma carta do Exmo. Sr. José Machado de Campos Filho, então Secretário da Fazenda. É uma carta bem curta, de duas páginas, mas que foi encaminhada a V.Exa. como Presidente desta CPI, que diz o seguinte: "José Machado de Campos Filho, brasileiro, divorciado, advogado, com escritório na Alameda Santos, nº 1.000, 2º andar, conjunto 22, São Paulo, vem mui respeitosamente expor e requerer a V.Exa. e à digna Comissão o seguinte: 1 – o requerente tomou conhecimento nos termos do depoimento prestado perante esta Comissão pelas testemunhas Sr. Altino da Cunha, primeiro Presidente do Conselho Diretor do BANESPA sobre o RAET e ex-Delegado Regional do Banco Central em São Paulo; 2 – no referido depoimento, o Sr. Altino da Cunha afirmou que as autorizações concedidas pelo Banco Central para que o Estado de São Paulo contratasse as operações de empréstimos sob a forma de ARO's eram genéricas, ou seja, sem indicação da instituição financeira prestadora, e que nessas autorizações existiam ressalvas que obrigariam o



BANESPA a verificar o cumprimento de outros requisitos exigidos em resoluções do Banco Central; 3 – no entanto, como essa digna Comissão pode verificar nos inclusos ofícios que me foram enviados na ocasião pelo Banco Central do Brasil, Delegacia Regional de São Paulo, quando eu era Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (Ofício DESPA/REOP 3901189, de 4/7/90, Ofício DESPA/REOP 3901347, de 3/8/90, e Ofício DESPA/REOP 390, de 5/9/90), o Sr. Altino da Cunha mentiu perante esta Comissão, eis que os referidos ofícios-respostas revelam que o pedido formulado pelo Estado visava especificamente à contratação da operação diretamente com o BANESPA, motivo pelo qual mencionava esse banco na resposta, e só ele, a autorização para que a operação fosse feita. Só poderia referir-se a ele o BANESPA. Além disso, as solicitações de empréstimos AROs formulados pela Secretaria da Fazenda sempre foram encaminhadas ao Banco Central pelo próprio BANESPA, não se podendo aceitar a explicação dada pelo Sr. Altino de que a autorização era para qualquer outro banco, menos para o BANESPA; 5 – além disso, consta expressamente dos referidos ofícios que a operação está enquadrada nos limites regulamentares, enquadrando-se nos arts. 2º e 8º da Resolução nº 9.489, do Senado Federal; 6 – ora, se a operação estava enquadrada nos limites regulamentares, estava enquadrada em todos os limites e em todas as normas regulamentares do Banco Central. Veja-se ainda que dos referidos ofícios-respostas não constou uma única ressalva a respeito da necessidade de se observar qualquer outro limite ou qualquer outra norma regulamentar. Ante o exposto, é esta para requerer a esta digna Comissão se digne levar em consideração, na hora de elaborar o relatório final, esses esclarecimentos comprovados pelos inclusos documentos, para o que peço deferimento. São Paulo e Brasília, 31/5/2002. José Machado de Campos Filho.” Para concluir, Sr. Presidente — estão aqui os requerimentos —, quero dizer que essas duas cartas estão anexadas nos autos da CPI, e o nobre Relator teve conhecimento. Parte delas estão anexadas no relatório final. Quero dizer que o relatório que o nobre Deputado Robson Tuma apresenta a esta CPI, a meu ver, contempla integralmente o que a CPI apresentou, atende integralmente àquilo que foi investigado. O nobre Governador Orestes Quércia... Foi requerida a sua presença aqui por mim e pelo nobre Deputado Lamartine Posella, aprovado por esta CPI. Em nenhum momento, como deixou claro em carta, o nobre Governador Orestes Quércia se recusou a comparecer a esta CPI e esclarecer isso



que esclareceu por carta. Portanto, Sr. Presidente, da parte do Governador Quércia, do ex-Secretário Machado, há esclarecimentos cabais de transparência na conduta à frente do Banco ou do Governo com relação às ARO's e que possivelmente S.Exa., como Governador, manteve a mesma conduta, sempre se pautando por uma ação dentro da lei, dentro da norma legal. S.Exa. inclusive poderia ter sido chamado a depor a esta Comissão. Tenho a oportunidade, em conversa com S.Exa., de entender que houve uma falha. Nós poderíamos tê-lo convocado para depor. Por que não? Porque S.Exa. nada tinha a obscurecer, como não teve à frente dos trabalhos desta CPI. Por esse motivo, Sr. Presidente, para que não passe alguma aleivosia, alguma dúvida de que tudo foi investigado por essa CPI, quero dizer que sou favorável ao relatório apresentado pelo Sr. Relator, principalmente com os adendos feitos por mim, por V.Exa., pelo nobre Deputado Ricardo Berzoini, inclusive alguns adendos feitos pelo relatório também, apresentado por ele e pela nobre Deputada Iara Bernardi. Mas quero deixar muito claro aqui que houve uma ação criminosa, como está descrito aqui. Tanto é criminosa que o relatório final indicia, recomenda ao Ministério Público o indiciamento de várias autoridades monetárias, principalmente diretores do Banco Central à época que praticaram um ato criminoso na tentativa de punir, de falir o BANESPA. E com isso obrigaram uma comissão de inquérito a mudar seu relatório, a praticar um crime contra o interesse público, fazendo um relatório criminoso com base no lançamento de créditos de liquidação da dívida global do Estado de São Paulo. Portanto, Sr. Presidente, me considero plenamente satisfeito com essa CPI, com a conduta que V.Exa. teve à frente da presidência dos trabalhos, com a ação do Sr. Relator e de todos os membros. E aí incluo todos mesmo, sem distinção de partido, de cor ideológica, aqueles que vieram aqui como o Deputado Julio Semeghini, por exemplo, representante muito digno nesta CPI do Governo, que teve uma atuação ativa, coerente com seu pensamento político. Quando achou que deveria agir, no âmbito da Câmara, agiu, mas se pautou por uma ação construtiva na realização desse relatório. Portanto, quero registrar que esse relatório atende, dentro do possível, ao conjunto dos segmentos. E essas duas cartas que eu fiz questão de ler eu gostaria de que constassem dos Anais desta reunião da CPI para que não pairasse dúvida com relação ao posicionamento do ex-Governador Quércia e do ex-Secretário José Machado. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Questão de ordem do Deputado Wagner Salustiano.

**O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO** – Gostaria de pedir a V.Exa. que limitasse o tempo dos oradores, até porque estamos aí no avançar do horário e acho que não há necessidade de ficarmos muito tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O tempo é de quinze minutos. O Deputado Marcelo Barbieri o excedeu. Peço aos senhores oradores que cumpram rigorosamente o prazo regimental de quinze minutos.

**O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO** – Presidente, gostaria de saber se a **TV Câmara** está transmitindo ao vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está transmitindo ao vivo, sim.

**O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO** – Porque agora há pouco chegou a informação de que não estava ao vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não. Já passou a transmitir ao vivo, sim.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Eu queria, Sr. Presidente... Na página 298... Gostaria de que todo mundo localizasse para não dar confusão, por favor. Na página 298, foi um erro meu, e o Deputado Dado me lembrou, a segunda frase, “vale frisar que a definição de taxa de desconto é de foro íntimo dos avaliadores, não devendo haver qualquer interferência da FIPECAFI e do BACEN no valor estipulado”. Essa frase deveria ter saído daí. Só isso. Como eu já entreguei o relatório, estou pedindo para substituir e entregar para cada um dos senhores, até por uma questão regimental, a substituição da página, só com essa alteração, a fim de que na votação não se precisa eu fazer a consideração final e, obviamente, ter que tirar a xerox para depois a votação. Então, na página 298, está retirada a frase “vale frisar que a definição da taxa de desconto é de foro íntimo dos avaliadores, não devendo haver qualquer interferência da FIPECAFI ou do Banco Central, do BACEN, no valor estipulado”. É só a retirada dessa frase, que já não deveria ter constado aí. Porém, um relatório de 389 páginas é factível de alguma falha, a qual, graças a Deus, encontramos antes da votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Antes de dar a palavra ao nobre Deputado Julio Semeghini, o próximo inscrito, suspendo os trabalhos por quinze minutos, para que possamos usufruir do lanche que já está servido. Suspendo os trabalhos por quinze minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Antonio Fleury) – Solicito aos Srs. Parlamentares que retomem seus lugares para que possamos reiniciar os trabalhos. Declaro reabertos os trabalhos e concedo a palavra ao Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados e Deputadas, inicialmente quero agradecer a compreensão que todos tiveram comigo. Meu papel, como já foi citado por outros Deputados, era difícil. Na verdade, nós do PSDB, desde o início, quando foi instituída esta Comissão, tivemos o problema da eleição da Presidência e todas as outras coisas, mas sempre discordamos do aspecto de como é que a gente estava tentando tratar aqui a CPI do BANESPA. Nós entendemos que a CPI do BANESPA é muito importante. Tenho certeza absoluta de que todos do Governo do Estado de São Paulo, do Governo Federal, todos os paulistas que conhecem o papel, a importância do BANESPA, sabem a paixão que tinham por esse banco. Aqui foi citado, por várias vezes, o papel do BANESPA na construção do Estado de São Paulo, na reorganização das empresas do Governo do Estado de São Paulo e, acima de tudo, num exemplo de competência que os funcionários do BANESPA sempre deram em sua carreira. É importante ressaltar algumas coisas. Em todo o debate que travamos nesta Comissão, predominou realmente a oportunidade de esclarecer os fatos, de trazer novas informações, de preparar realmente esse relatório que está sendo apresentado hoje. Esse relatório realmente foi discutido com várias sugestões. Parabeno o Presidente desta Comissão, Deputado Fleury, até porque, mesmo depois de tantas críticas que o meu partido fez, permitiu que aqui fossem convocados todos aqueles que nós quiséssemos. Por nenhum momento criou nenhum empecilho, mesmo para sua própria autoconvocação ou coisa de qualquer tipo que aqui pudesse ter. O debate foi muito democrático. O Relator soube, na verdade, acatar sugestões de todos presentes ou, pelo menos, de todos que se dedicaram, participaram, se interessaram e apresentaram sugestões ao Relator. Em várias reuniões, tivemos oportunidade, depois de ele ter apresentado um relatório





prévio, de lhe apresentar sugestões. Quero parabenizar, então, o nobre Deputado Robson Tuma. Mas quero dizer que, para mim, dentro desse aspecto, dois pontos ficaram muito claros, na verdade. Primeiro, parte das coisas não estavam certas. Não tenho certeza de que esse relatório, nosso trabalho, apesar de contribuir para esclarecer várias coisas do que acabou acontecendo com a privatização do BANESPA... Todas essas informações que compõem esse grande relatório não são suficientes, na nossa opinião. Tenho certeza de que contribuem, são importantes, esclarecedoras, mas tínhamos, realmente, que ter analisado as coisas aqui, como já falou o Deputado Ricardo Berzoini, como foram acontecendo. Como é que o BANESPA chegou ao ponto em que chegou? Como é que o nível de endividamento aconteceu? Como é que o Governo do Estado de São Paulo e de quem acompanhou ao lado do Governador Mário Covas, que, naquela época, era Presidente da PRODESP e estava organizando todo o sistema de informação e reestruturação do Governo do Estado de São Paulo... Vi o esforço que aquele homem e toda sua equipe fizeram, Dr. Yoshiaki Nakamo, então Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Na verdade, tentavam organizar o Estado de São Paulo. Viam que estava perdendo uma das coisas mais importante que o Estado tinha, que era o seu banco, mas não tinham capacidade de pagar, naquele momento, as parcelas que estavam previstas ou qualquer das outras coisas que fossem necessária. O Brasil tem aprendido, de uma maneira geral. A Câmara dos Deputados, o Congresso como um todo, incluindo o Senado, fez um dos trabalhos mais importantes da história política, na verdade pública, desse País, criando a lei de responsabilidade fiscal. É uma lei que mesmo no ímpeto, na vontade de nós construirmos, atender alguma necessidade do Estado, alguma vontade de investimento que venha e que é solicitado pela população, a gente às vezes não percebe que determinadas atitudes possam no futuro causar algumas outras conseqüências muito pesadas e que às vezes nós mesmos, depois, não possamos conseguir pagar aquelas coisas que vêm sendo feitas. Então, várias das atitudes que aqui foram feitas e foram colocadas, mesmo que justificadas, numa forma que todos nós entendemos que importantes investimentos foram feitos pelo Estado de São Paulo, na verdade foram contribuindo aos poucos para que o banco chegasse na situação que chegou da sua dívida e o Governo do Estado de São Paulo chegasse na mesma condição, e que depois a gente não pudesse, no ano de 1995,



ter condições sequer de oferecer alguma coisa, para poder, na verdade, evitar que esse banco chegasse a ser privatizado. Fico contente de perceber que o esforço todo, que parte daquilo que não pode ser aqui analisado, porque não cabia à CPI, cabe a nós Parlamentares, que estamos aqui na responsabilidade de legislar sobre esse País e sobre os Estados, naquilo que nos refere, e saber que nós construímos uma lei como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai evitar que novas empresas, na verdade, possam sofrer o que o BANESPA sofreu. Quero aqui, mais uma vez, parabenizar todos aqueles que trabalharam para que a gente construísse esse relatório, agradecer também e parabenizar todos os membros do Governo e outros que aqui vieram ser chamados e contribuíram com o seu depoimento, sabendo que na verdade podiam estar sujeito a qualquer coisa. Várias dessas pessoas foram só convidadas e aqui estiveram presente. Quero, na verdade, dizer uma última coisa, para poder concluir. Só por questão de justiça, acompanhei detalhadamente aqui no dia em que uma das pessoas que esteve presente, que foi o Carlos Eduardo, que é Diretor do Banco Central hoje, e que o Deputado Ricardo Berzoini está fazendo o pedido para que seja incluído o seu nome pessoal aí no relatório, para que possam ser apurada as coisas. Eu, sinceramente, nobre Deputado, quero dizer que não vejo necessidade. Acompanhei nesta Casa depoimentos de pessoas que realmente tiveram participação da parte do processo em que foi feita toda a transição, no momento em que foi decidido pela intervenção, no momento em que foi decidido pelo Regime de Administração Temporário. Decisões importantes que começaram a gerar essas dívidas, e nós tivemos um critério mais ou menos de incluir ou não aqui determinadas pessoas no nosso relatório. Não gostaria que a gente começasse de novo, sair do acordo que foi feito, sair do debate exaustivo que fizemos para tentar criar critérios das pessoas que poderiam ou não ser aqui incluídas, indiciadas ou encaminhadas ao Ministério Público. E no caso do Dr. Carlos Eduardo de Freitas, realmente é uma das pessoas que acho que foram mais rápidas no seu depoimento e muito mais objetiva, até porque cabe a ele uma única crítica, na verdade, de tudo o que fez. Esse diretor recebeu da FIPECAFI um desastroso relatório na verdade com o intuito de poder receber a última parcela do pagamento que o Banco Central tinha por serviços que a FIPECAFI veio prestar no processo de avaliação do banco. Mas gostaria de lembrar coisas aqui do seu próprio depoimento. E que nós mesmos fizemos, inclusive V.Exa. fez essa pergunta ao então Diretor do Banco Central: por



que ele não tomou uma medida imediata quando da emissão do relatório da FIPECAFI, que foi em março de 2000? Esse relatório é um relatório que, mesmo que desastroso, fala uma série de coisas que não deveria e nem poderia, que nem sequer aconteceram. E é por isso que a FIPECAFI está citada nesse relatório para que se apure se há qualquer conluio, se há qualquer outra intenção secundária, se não a de fazer a melhor avaliação, de coordenar o seu trabalho, que foi contratado. Inclusive a sua forma de contratação está aqui questionada no relatório. O Sr. Carlos Eduardo de Freitas, na verdade, esse relatório foi enviado para ele em março de 2000, pela FIPECAFI, saiu depois só dia 15 de novembro. Com uma reportagem da **Gazeta Mercantil** é que ele veio a ter informação na verdade do que tratava esse relatório. Sei que várias pessoas dizem aqui: mas esse relatório era dirigido ao Diretor do Banco Central. Mas foi aqui explicado que todos os relatórios que vão ao Diretor do Banco Central... Tem uma estrutura técnica em baixo dele que vai tomando providências. Como era um relatório que tinha o objetivo principal de liberar uma última parcela de pagamento, ele seguiu o trâmite dentro do Banco Central e foi analisado pelos técnicos do Banco Central com o objetivo de fazer essa liberação, não de analisar politicamente o relatório. Quero aqui até parabenizar o diretor, porque, no dia em que ficou sabendo, pediu todas as providências, encaminhou-as ao Ministério Público, encaminhou-as a todos os órgãos internos do Banco Central, para que as providências fossem tomadas e esclarecidas em relação a esse relatório. Gostaria de lembrar também que o Diretor tomou posse no dia 11/08/99 e o contrato com a FIPECAFI foi, na verdade, de 08/05/98, mais de um ano antes, e que, na verdade, o diretor entrou na fase final desse processo, nada tendo a ver, na verdade, com o relacionamento com a FIPECAFI. Então, volto a insistir que a gente se atenha aqui aos critérios que foram adotados para colocar nomes de pessoas, na verdade para que sejam encaminhados ao Ministério Público, para que a gente não queira nominar pessoas, senão teria que ser necessário que nós, então, voltássemos a ver diretores de outros bancos, de outras coisas. E aí eu acho que seria necessário a gente rever uma série de nomes que, na verdade, por consenso e por muito debate, a gente achou que não deveriam nominalmente estar citados, até porque ambas as diretorias do Banco Central e do BANESPA estão citadas, e pede-se que apure qualquer responsabilidade que elas tenham tido nesse período não só da Administração Especial Temporária, como qualquer outra implicação que possa



ter causado qualquer prejuízo à administração pública. Para encerrar, Sr. Presidente, mais uma vez quero parabenizar o seu trabalho, o do Relator e o de todos os Deputados aqui presentes. Foi a primeira CPI de que participei na minha vida. Não sei se a experiência é muito boa, mas o Brasil precisa realmente que alguém dedique o seu tempo à CPI. Quero agradecer aqui a paciência e a oportunidade que todos os outros Deputados tiveram comigo e mais uma vez agradecer ao Presidente e ao Relator a conclusão do seu relatório. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu não vou repetir aqui o posicionamento da bancada do Partido dos Trabalhadores, já explicitado pelo Deputado Berzoini. Mas queria só ressaltar a questão do que representou para nós, paulistas — eu como Deputada paulista e outros aqui desta Casa —, a venda e a privatização do BANESPA. Isso se reflete em números, em atuações, em desenvolvimento para o Estado de São Paulo. Era de fato o banco estatal mais importante do País. E os depoimentos, documentos, todas as investigações que fizemos aqui nesta CPI deixaram claro que houve um direcionamento específico, direcionado mesmo do Banco Central, da equipe econômica, em fazer a privatização do BANESPA. As alegações técnicas, as alegações com relação à situação financeira do BANESPA, tudo que foi divulgado na imprensa... Nós vimos muita coisa aqui que não foi verdadeira, muitas informações que foram repassadas à imprensa e à população de São Paulo e do Brasil que simplesmente não eram verdadeiras com relação à situação do banco. E o prejuízo se expressa no Estado de São Paulo, além de tudo o que nós perdemos com o BANESPA hoje privatizado, se expressa também em números. Nos contratos de renegociação da dívida, a União refinanciou por trinta anos — e esse é o texto que eu queria dar destaque no documento que entregamos à Mesa — o débito total do Estado de São Paulo para com o BANESPA, além de outros passivos do Governo paulista. Inicialmente ficou acordado que o valor da venda do BANESPA na privatização seria abatido da dívida do Estado com a União. Esta foi uma das alegações mais sérias: que o banco ajudaria a venda e a entrega do banco, ajudaria a pagar as dívidas de São Paulo. Os contratos foram alterados, e, antes que o leilão ocorresse, a transferência definitiva do banco para a União foi concluída por cerca



de 2 bilhões. No dia 20 de novembro de 2000, o BANESPA foi adquirido pelo Banco Santander Central Hispano por pouco mais de 7 bilhões. Então, nós entregamos o banco, as dívidas foram abatidas com o Governo do Estado de São Paulo em cerca de 2 bilhões, e o banco foi arrematado, em leilão, pelo Banco Santander, por 7 bilhões. Nós julgamos, nesse caso, que o Estado de São Paulo sofreu um prejuízo de 5 bilhões. Cinco bilhões nesta contabilidade, se nós quisermos também... A situação ficou muito pior para o Estado de São Paulo se nós quisermos considerar o estudo feito pela UNICAMP, solicitado pelo Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Luiz Francisco de Souza, que chegou a uma avaliação do valor real do BANESPA de quase 12 bilhões de reais. O Banco Fator estabeleceu um valor de pelo menos a metade do que os técnicos da UNICAMP avaliaram como preço do BANESPA. Então, além de todos os outros prejuízos que o Estado de São Paulo teve, nós queríamos ressaltar no documento que entregamos à Mesa essa questão dos prejuízos claros com relação à privatização, os valores apresentados: por quanto o banco foi vendido, quanto que se avaliou com relação à dívida de São Paulo e o preço de 2 bilhões que, de fato, se abateu da dívida de São Paulo. A dívida continua imensa, e nós perdemos um patrimônio tão rico para o Estado de São Paulo e para o Brasil. O resto do meu tempo, Presidente, eu queria passar ao companheiro Berzoini, que vai apresentar mais alguma coisa sobre esses prejuízos que nós tivemos com relação à venda e privatização do BANESPA.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Na verdade, eu não vou usar todo o tempo. Apenas para um registro muito rápido, a pedido de um grupo de funcionários, aposentados e ex-funcionários do BANESPA. Só para registrar o significado social da privatização. Desde a privatização, 8 mil trabalhadores perderam o emprego. São Paulo perdeu uma massa salarial de 24 milhões de reais por mês, ou 320 milhões de reais por ano. A perda de arrecadação para o INSS é de 100 milhões de reais por ano. Para o Fundo de Garantia, 25 milhões de reais por ano. O Banco Santander está importando trabalhadores espanhóis para a área de informática e usando estagiários, fraudando a lei do estágio, para realizar o trabalho de bancário, sem direitos trabalhistas, por até dois anos consecutivos. O Banco Santander vendeu os títulos atuariais de São Paulo que garantiam a aposentadoria dos empregados que foram admitidos antes de 1975, e que rendiam IGP mais doze, com a autorização de uma medida provisória editada às vésperas do leilão de



privatização pelo Governo Federal. Só queria registrar isso, porque é muito importante para os empregados, aposentados e ex-empregados do BANESPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury ) – Passo a palavra ao Deputado Lamartine Posella.

**O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA** - Sr. Presidente, Deputado Fleury, Sr. Relator, Deputado Robson Tuma, primeiramente gostaria de parabenizar ambos pela lisura como conduziram esta Comissão tão importante. E queria ressaltar também que esta Comissão veio saldar uma grande dívida que todos os governantes têm, de fato, com o Estado de São Paulo na medida que venderam o nosso principal banco do País, banco estatal. E eu creio que esta CPI veio levantar as questões, os entroncamentos, tudo aquilo que esteve relacionado com essa venda. E eu creio que nós poderemos, através deste relatório, elucidar a venda do BANESPA. Eu quero dizer que a CPI trouxe algumas evidências importantes. Em primeiro lugar, que a intervenção aconteceu num momento muito difícil que o País enfrentava, principalmente por causa da elevação de juros e também do enxugamento da base monetária. Queria dizer também que, em função disso, as operações ARO que foram feitas foram, segundo a própria CPI constatou, foram totalmente legais: tanto a aprovação do Banco Central quanto do Senado Federal. Então, portanto, elas não poderiam em hipótese alguma ser consideradas razões que determinariam essa intervenção. Quero dizer também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que ao meu entender houve razões políticas. As finalidades precípuas, na minha maneira de entender, foram razões políticas. A gente percebeu isso tanto nos depoimentos contraditórios dos elementos que compuseram a Comissão de Inquérito. Alguns deles até explicitaram: “não, realmente houve intenções políticas”. Porque através da RAET houve, depois, a federalização e, por final, a venda, a privatização, que era a intenção política por detrás. Quero ressaltar também que um dos depoentes fez questão de citar que o relatório preliminar da Comissão de Inquérito era pelo arquivamento do RAET, ou seja, o banco deveria estar de volta para a administração do Governo. E esse relatório preliminar foi, de maneira criminosa, alterado através de manobra que eu posteriormente quero citar. Mas, claramente, então, houve nesta CPI a constatação de intenções políticas. Quero dizer também que a fatídica reunião do Banco Central, em que os diretores do Banco Central se reuniram com a Comissão de Inquérito, e eles através até da



própria revista **CartaCapital** disseram: “Escuta, mas não é possível que vamos ter que devolver o banco de volta para o Governo do Estado. Não tem nada que possa se fazer?” E aí, então, alguém veio com a brilhante — entre aspas — idéia de avermelhar o balanço, porque a única razão que daria sustentação legal para que efetivamente o Banco do Estado entrasse em processo de liquidação seria o balanço negativo, o balanço avermelhado. Portanto, eles fizeram uma manobra criminosa, porque lançaram em crédito de liquidação a dívida do Estado desde o Governador Paulo Egydio. E, depois, incriminaram ou tentaram incriminar o ex-Governador Orestes Quércia e seu Secretário, Dr. Machado. Ficou provado, portanto, tanto nos depoimentos quanto através das reflexões que fizemos em cima da matéria da revista **CartaCapital** que houve uma manobra política criminosa. Isso ficou mais claro ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando, ao tentar publicar o balanço, eles foram impedidos peremptoriamente por uma ação popular que o ex-Governador Quércia impetrou e ganhou, na medida em que foi constatado que esse balanço havia sido alterado. Quero dizer também que esta CPI presta um grande serviço à população porque os grandes homens da história.... A história, muitas vezes, Sr. Presidente, só vai reconhecer o valor dos grandes homens depois de uma geração ou de mais gerações. E quero aqui ressaltar que o ex-Governador Quércia saiu do seu Governo com 80% de aprovação. Foi um Governador que, no seu tempo, construiu estradas, investiu na agricultura, tornou possível que o interior fosse ligado ao centro, à grande Capital, por conta da sua grande capacidade administrativa. E na sua gestão, o BANESPA era superavitário. Portanto, creio que esta CPI está saldando uma dívida para com o Governador Quércia na medida em que está provando que ele não teve absolutamente nada a ver com a venda do BANESPA e que muito menos ele quebrou o BANESPA, como dizem as más línguas aí. Quero dizer também que esse relatório.... Está de parabéns o Relator na medida em que ele constata que houve de fato improbidade administrativa por parte dos diretores do Banco Central, ao usarem dessas manobras políticas para não só aprovar a intervenção, mas também para levar a cabo o processo de privatização posteriormente. E quero dizer que o povo de São Paulo não só foi lesado, como tanto a nobre Deputada Iara quanto o Deputado Berzoini citaram, pelo prejuízo tanto dos empregos quanto o prejuízo da movimentação financeira que o BANESPA fazia, mas também do ponto de vista moral, porque um banco como o Banco do Estado de



São Paulo, um banco estatal, cuja saúde financeira sempre foi importante na movimentação de dinheiro para que São Paulo tivesse de fato alguém para quem recorrer na hora de captar recursos, principalmente em momentos difíceis que o País passava... Agora, nós tivemos que entregar esse banco, o Banco do Estado de São Paulo, subavaliado, como disseram os Deputados, com pelo menos 3 bilhões de prejuízo. Então, eu quero terminar dizendo a toda a população que está nos vendo agora através da **TV Câmara** que esta CPI constata de fato que o BANESPA era um banco que tinha todas as condições para dar a volta por cima e que seria carro-chefe do Estado de São Paulo para que pudéssemos vencer as nossas dificuldades. E que, certamente, as razões precípuas que levaram à intervenção foram razões políticas não só administradas, mas monitoradas por este Governo Federal neoliberal que certamente vai dar conta à história um dia. Se hoje não temos acesso à grande mídia, um dia a História vai contar a estória verdadeira, e os reais culpados da venda do BANESPA vão vir à tona. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Wagner Salustiano.

**O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO** – Sr. Presidente Luiz Antonio Fleury, Sr. Relator Robson Tuma, Sra. Deputada, Srs. Deputados, eu vou abrir mão da minha fala, Sr. Presidente, mas antes, porém, gostaria de parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho à frente desta CPI. Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que V.Exa. realizou um grande trabalho abrindo mão do seu sigilo bancário, foi transparente, abriu mão da sua própria convocação, deixando claro que V.Exa. esteve à disposição em todos os momentos para ser autoconvocado. Sr. Relator, espero que Deus tenha lhe dado sabedoria para que nenhuma injustiça tenha sido cometida na condução deste brilhante trabalho de quase 400 páginas. Enfim, quero parabenizar, Sr. Presidente, todos os membros desta CPI, em especial o meu amigo Deputado Julio Semeghini, porque claramente, defendendo o Governo, ele foi brilhante, embora tenha sido a sua primeira participação numa CPI, conforme mesmo ele colocou, mas ele foi brilhante na condução desse trabalho, dessa defesa, digamos assim. Defendendo o lado do Governo, ele foi brilhante, transparente, foi ético. Quero parabenizar o Deputado Julio Semeghini. Enfim, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade da minha participação nesta CPI. Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado João Eduardo Dado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO EDUARDO DADO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Deputada, Srs. Deputados, o BANESPA deixou de ser do povo paulista, do Governo do Estado de São Paulo, foi federalizado e hoje é um banco privatizado. Portanto, deixou de cumprir um papel importante na economia paulista, estabelecendo um caminho seguro de financiamento muitas vezes ao pequeno produtor, à pequena empresa. Esta CPI teve a grande missão de exteriorizar, de esclarecer três pontos importantes, que me parecem os mais notáveis, que me vou permitir mencionar. O primeiro deles é que a Diretoria do Banco Central do Brasil exorbitou de sua competência ao determinar que a dívida do Estado de São Paulo com o BANESPA fosse classificada como créditos em liquidação, o que permitiu a continuidade da intervenção no BANESPA e sua posterior transferência para a União. A CPI solicitou a imputação de responsabilidades aos diretores do BACEN e membros da Comissão de Inquérito que haviam, preliminarmente, atestado que o banco não poderia continuar sob intervenção do Governo Federal. Portanto, esse primeiro ponto o povo paulista precisa conhecer de maneira expressa, clara e objetiva. O BANESPA sofreu uma intervenção ou teve a sua continuidade de intervenção com base em atos ilegais e inconstitucionais, como bem foi trazido por esta CPI através de provas documentais e testemunhais. O segundo ponto importante: após ter sofrido intervenção e em processo de federalização, a CPI concluiu pela prática de crimes no processo de avaliação do BANESPA. O Diretor do Banco Central, o representante da FIPECAFI e os avaliadores Banco Fator e Consórcio Booz Allen, em conluio, praticaram prejuízos significativos ao Governo e ao povo paulista, tendo sido solicitado pela CPI o indiciamento dos responsáveis, junto ao Ministério Público. Portanto, é importante que fique registrada e bastante consolidada a imagem, a certeza histórica de que o BANESPA foi subavaliado e de que houve sérios atos de irregularidades e de crimes praticados no processo de avaliação do BANESPA. Também a CPI apontou e constatou, através de provas documentais e testemunhais, empréstimos ao setor privado pelo BANESPA, anteriormente ao RAET, passíveis de investigação pelo Ministério Público, com vistas à punição dos responsáveis. Com isso, entendo que todos os membros desta CPI, notadamente o seu Presidente e o seu Relator, estão de parabéns, porque



esclarecem à opinião pública, atos praticados à margem da legislação, à margem dos preceitos constitucionais que trouxeram graves prejuízos ao povo paulista, ao Governo paulista e à história do Estado de São Paulo, ao causarem... Atos estes que causaram a perda de um banco como o BANESPA que tinha um papel relevante na economia do nosso Estado e no oferecimento de condições de sobrevivência e de financiamento à pequena empresa, aos produtores rurais e ao cidadão, às pessoas físicas que muitas vezes recorreram ao BANESPA para saldar dívidas ou estabelecer o início de um negócio. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, não comungamos, também, com uma tese oferecida nesta Comissão que diz que, eventualmente, a renegociação da dívida, que foi ocorrida em 1992, pudesse ter trazido prejuízos ao banco. Foi um momento circunstancial, a nosso ver, e que representou a possibilidade do momento pelo então Governador Fleury. E, na minha avaliação, o grande avanço que esta CPI traz foi o esclarecimento, o esclarecimento à opinião pública brasileira de que o BANESPA não poderia ter sofrido a continuidade da sua intervenção, foi subavaliado, em prejuízo de todos os paulistas, em atos dolosos e criminosos e que, com isso, a CPI contribui, oferecendo provas documentais e testemunhais que, a nosso ver, deverão ser cautelosa e cuidadosamente apreciadas pelo Ministério Público, para que tenhamos no nosso País não a impunidade, mas a punição exemplar daqueles que tanto mal praticaram contra o povo do Estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado José de Abreu.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu queria cumprimentar o Relator pela riqueza de detalhes com que foi feito esse relatório final, em que ele coloca a lista dos diretores do Banco Central, inclusive com o artigo da lei que infringiu, de improbidade administrativa. Eu queria parabenizá-lo por isso. No entanto, eu, que assisti o depoimento do Presidente final do BANESPA, o Carlos Augusto Meinberg, vejo que na pág. 388 existe uma recomendação: “Recomendamos que a atuação do Presidente do BANESPA, ao longo do ano de 1994, período em que se instalou a crise de liquidez, o Sr. Carlos Augusto Meinberg, seja investigada pelo Ministério Público no que se refere à correta condução da instituição para a responsabilização penal e civil”. Eu queria pedir a exclusão disso, porque eu ouvi o depoimento dele. Ele, na realidade, esteve



no final da administração do banco, não foi quem fez as operações de crédito para o Governo de São Paulo, não foi quem procedeu operações nesse porte. E, no seu depoimento, ficou muito clara a atuação dele. Um depoimento que eu assisti e pude verificar e até fazer indagações a ele. O que eu peço é a exclusão dessa recomendação aqui, porque não está enquadrada em nenhum artigo, e acho que estaríamos cometendo uma certa injustiça. Essas são as razões do meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Corauci Sobrinho.

**O SR. DEPUTADO CORAUCI SOBRINHO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de maneira bastante breve, Sr. Presidente, queria cumprimentar V.Exa. pela forma correta e de magistrado como conduziu os trabalhos desta Comissão. Eu me lembro bem também do dia, na abertura dos trabalhos desta Comissão, em que V.Exa. se emocionava nesta Mesa, no início desta CPI, da mesma maneira que me lembro, Sr. Presidente, do final do ano de 94. Eu era um dos líderes de V.Exa. na Assembléia Legislativa em São Paulo, e V.Exa. reunia os seus secretários e os seus líderes para comunicar, de forma muito triste para todos nós naquele dia, a intervenção que estava sendo feita pelo Banco Central no BANESPA, em São Paulo. Já ali imaginávamos o que estaria por trás da questão do BANESPA, o que depois se configurou, na prática, com a privatização do banco com todas as conseqüências e prejuízos, questões que já foram colocadas aqui. Quero cumprimentar também o nosso Relator, Deputado Robson Tuma, pela forma como desempenhou o seu papel tanto durante os trabalhos como no relatório final. E gostaria de dizer que, da mesma forma como disse o Deputado Lamartine Posella, esta Comissão, se não tivesse tido nenhum outro resultado, somente o fato de que ela revelou claramente, até por depoimentos de que ela teve motivações políticas, a intervenção, somente isso já resgataria uma parte da verdade histórica da intervenção no BANESPA. Creio, Sr. Presidente, que esta CPI, apesar de que esse relatório não é o ideal — e todos nós concordamos com isso —, é o relatório possível, fruto do esforço do Sr. Presidente, do Sr. Relator, dos Srs. Deputados. Mas ela coloca nos seus devidos lugares tanto a atuação do Governador Orestes Quércia, ao longo do seu mandato, quanto a atuação de V.Exa., à época Governador de Estado, e mostra a verdade histórica de todos aqueles que agiram,



na minha opinião, dolosamente, de má-fé, para que o BANESPA sofresse a intervenção e, depois, passasse por todo o processo que culminou com a sua privatização. O BANESPA era tão forte, Sr. Presidente, que, apesar de toda a boataria que foi perpetrada contra ele ao longo de muito tempo, ele resistiu, ficou em pé, graças ao seu patrimônio, graças aos seus funcionários, graças à sua tradição, graças aos seus ativos, graças à sua história. Quero também registrar que essa fala final do Deputado Berzoini, mostrando essa perda social dos funcionários e do próprio patrimônio do Estado de São Paulo, é uma questão importantíssima que não pode ser perdida de vista, porque esse é um prejuízo inominável e que jamais será resgatado pelo povo do Estado de São Paulo. Quero também, ao final de minha fala, cumprimentar os funcionários desta Comissão, o Secretário desta Comissão, o serviço de taquigrafia, enfim, todos aqueles que trabalharam exaustivamente ao longo de todos esses meses para que este resultado final, este relatório final fosse, afinal, alcançado e, com certeza, será aprovado pelos Deputados presentes a esta sessão de encerramento. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Passo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Cunha Bueno.

**O SR. DEPUTADO CUNHA BUENO** - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o ilustre colega pela iniciativa que teve em propor a CPI do BANESPA. Muitos imaginavam que V.Exa., por ter sido Governador de São Paulo naquele período, não tivesse a coragem nem isenção — primeiro, a coragem de propor e, segundo, a isenção — para presidir esta Comissão. Aqueles que assim pensavam se enganaram redondamente, porque o ilustre colega teve não só a coragem, mas teve a isenção suficiente para presidir esta CPI. Nesta CPI, Sr. Presidente, fica uma vez mais caracterizado que a crise de liquidez do BANESPA foi, na realidade, uma crise forçada por uma política econômica do Governo Federal. Não só a crise de liquidez como a intervenção. E, depois disso, o ato mais grave foi o avermelhamento do balanço do BANESPA, para que se pudesse dar o golpe final e fatal na vida dessa tradicional instituição de crédito do povo de São Paulo, que prestou inúmeros serviços ao desenvolvimento do nosso Estado, quer da pequena, da média indústrias, mas, principalmente, da agricultura e da agroindústria do Estado de São Paulo, que hoje se vêem privadas das linhas de crédito, dos financiamentos agrícolas, que o BANESPA liderava com sabedoria no interior de



São Paulo. O BANESPA, que já foi o maior banco do Estado de São Paulo e o segundo maior banco do País, teve um fim lamentável, Sr. Presidente, de uma política proposital. Em nosso entender, é que ficam, aqui, no relatório do Deputado Tuma, os indícios dessa política de liquidar com as empresas públicas do Estado de São Paulo. Não foi só o BANESPA que levou prejuízo aos brasileiros do nosso Estado. Foi também as vendas de outros ativos do Estado, como foi o caso da CESP, como foi o caso da ELETROPAULO, como foi o caso da Companhia Paulista de Força e Luz, como foi o caso da FEPASA, como foi o caso federalização do CEAGESP e de tantas outras empresas que integravam o patrimônio dos brasileiros de São Paulo. Agora, Sr. Presidente, o que mais nos aborrece é ver que o Governo Federal, propositalmente, induziu a esta liquidação. E o que mais nos aborrece, Sr. Presidente, é ver que o Governo do Estado de São Paulo, embora do mesmo partido do Governo Federal que traçou essa política, não se manteve, durante todo o tempo, ausente para poder salvar esse patrimônio do povo de São Paulo. E se manteve ausente não só no caso da venda do patrimônio, se manteve ausente também, Sr. Presidente, no caso das inúmeras empresas que deixaram o Estado de São Paulo e foram buscar condições mais favoráveis de trabalho em outras unidades da Federação. Poderíamos aqui falar da Ford, que foi para a Bahia, poderíamos falar da Cica, que foi para Goiás, poderíamos falar da Penalti e de tantas outras empresas. Hoje, neste mês, uma tradicional empresa de chocolates, a Lacta, está deixando São Paulo para ir para o Paraná, e o Governo de São Paulo nada faz para impedir a transferência desses bens, capitais e indústrias, que geram empregos, para outros Estados. No caso do BANESPA, perdemos, Sr. Presidente, 8 mil empregos. E, se formos somando os empregos que pela ausência do Governo do Estado deixaram o nosso território, vamos observar que não é à toa que hoje São Paulo tem o recorde de desempregados no Brasil — temos 4 milhões de desempregados, Sr. Presidente. Se nós observarmos que o Exército regular da Argentina tem 100 mil homens, ficamos assustados em ver que temos 40 Exércitos argentinos dentro do Estado de São Paulo sem trabalho e sem emprego. As decorrências disso são várias. A estagnação econômica leva a uma desagregação social, e os índices de violência crescem em nosso Estado e, depois, não se sabe por qual razão. E o pior de tudo isso, Sr. Presidente, é que, embora o Governo não tenha levantado a sua força política como Governo de São Paulo para tentar salvar



esse patrimônio e ativo do povo de São Paulo, nós vemos ainda que, no final, quando é vendido o Banco, o povo de São Paulo ainda toma um prejuízo de 5 bilhões de reais. O Banco foi federalizado por 2 bilhões de reais e, logo em seguida, vendido em leilão público por 7 bilhões de reais. E os 5 bilhões que foram arrecadados acima das avaliações atabalhoadas que o próprio Banco contratou, esse dinheiro não foi para o caixa do Estado de São Paulo. Nem isso souberam defender de nosso patrimônio. Por isso, Sr. Presidente, este é o relatório possível. O Deputado Julio Semeghini falou com muita clareza que nós, aqui, pudemos convocar todos aqueles que quisemos. Eu queria dizer: quase todos os que quisemos, porque alguns convocados não puderam vir por uma decisão que o Governo tomou de não querer ouvir algumas pessoas envolvidas no caso do BANESPA, como é o caso do Dr. Ricardo Sérgio, que foi desconvocado por um ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Relator Robson Tuma pelo que foi possível fazer nesse relatório, que já mostra a ponta do **iceberg** da traição que foi feita para com o povo paulista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Encerrada a discussão, passo a palavra ao Sr. Relator, para a réplica a respeito dos pontos que foram colocados.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria que o meu discurso a respeito dos trabalhos da CPI fosse depois da votação, assim como V.Exa. decidiu que será o de V.Exa., tomando mais alguns minutos dos Srs. Parlamentares após a votação, para colocarmos as nossas posições pessoais em relação ao processo. Das modificações e relações e discussões, eu só tenho uma consideração: que colocasse aqui, na pág. 2, todos os funcionários. Eu não vi aqui, por exemplo, o Fernando, as Secretárias. Enfim, que colocasse o agradecimento a todos os funcionários que ajudaram, inclusive os funcionários da parte de xerox, que, nas vezes que nós precisamos, pararam tudo para tirar as cópias para todos os Parlamentares. Então, que se acrescentasse, agradecimento especial meu — e acredito, extensivo a todos os membros da Comissão — a todos os funcionários da Casa que tiveram participação direta e indireta para que este relatório fosse levado, porque são 50 mil páginas, aproximadamente, que foram analisadas e lidas e um relatório de quase 400 páginas. Seria uma injustiça minha, e não me sentiria bem, se não citasse algum,



que deixasse falho pelo menos um funcionário, eu já não me sentiria feliz. Portanto, eu peço que se acrescente o nome de todos os funcionários, além daqueles que já estão aqui. Agora foram dois pedidos concretos: um do Deputado Ricardo Berzoini, que pede a inclusão do nome do Sr. Carlos Eduardo de Freitas. Se os senhores analisarem a pág. 387, eu peço... Então é indiciamento ao Ministério Público de quem fez o contrato com a FIPECAFI e dos membros da FIPECAFI que participaram do processo. É evidente que, se houver por parte do Ministério Público e do Judiciário entendimento disto que está aqui, que é do acerto, do conluio no sentido de que houve acerto de preço, obviamente o próprio Ministério Público fará a extensão da investigação. Neste momento, eu, particularmente, acho que seria uma injustiça citar o indiciamento de uma pessoa pelo simples fato de ter recebido, através de uma matéria jornalística, o chamado de atenção em relação a uma carta que tinha sido encaminhada à FIPECAFI. Eu concordo com as ponderações do Deputado Ricardo Berzoini, só que, neste momento, nós abriríamos discussões a respeito de nomes que deveriam ou não integrar o rol de indiciamentos. Portanto, eu, inclusive, tive a preocupação de ir até o Deputado Ricardo Berzoini durante as discussões para colocar isso a ele. Portanto, eu não incluiria no meu relatório o nome do Sr. Carlos Eduardo de Freitas, por não achar que existe conteúdo suficiente para o seu eventual indiciamento por esta CPI neste momento. E mais: abriria a discussão aqui para a inclusão de vários outros nomes que nós já, muitas vezes, paramos para discutir em vários momentos desta CPI, e acredito que tivemos um grande avanço para interrompermos esse processo neste momento.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Relator, apenas para rápido comentário. Embora esteja completamente convencido de que o Sr. Carlos Eduardo Freitas esteja o tempo todo agindo de má-fé nesse episódio — e tenho esse convencimento não apenas pela CPI, mas pela experiência à época da luta contra a privatização, anteriormente, como Parlamentar e como sindicalista —, em benefício da unidade na votação, eu vou abrir mão de qualquer tipo de encaminhamento pertinente à votação dessa questão, para que possamos votar com tranquilidade.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** – O outro caso é do Sr. Carlos Augusto Meinberg, pedido pelo Sr. Deputado José de Abreu. Eu também tive várias discussões a respeito dos indiciamentos, de alguns indiciamentos, inclusive do Sr. Carlos Meinberg, e sempre ressaltei a tranquilidade que o fiz, porque o próprio



Presidente da Comissão nunca sequer interferiu. E eu gosto de deixar bem claro isso, para mostrar a lisura e a tranqüilidade que eu pude fazer o relatório, que o Deputado Fleury jamais pediu, mesmo este sendo o Presidente do Banco BANESPA na época em que ele era Governador, jamais pediu qualquer coisa em relação a qualquer assunto aqui neste relatório. Os aspectos ponderados pelo Governador Fleury a respeito do relatório foram conjuntamente com os Deputados Ricardo, Marcelo, Semeghini. Enfim, não houve nenhum tipo de interferência política a respeito disso. A respeito do seu indiciamento, eu sei, inclusive, que existe um requerimento de votação em destaque, não precisava sequer responder, já que havia o pedido de destaque para votação em separado. Mas, eu particularmente, acho que deve ser encaminhado para que seja feita uma investigação a fundo do porquê, pelo menos ele, como Presidente do Banco, só comunicou ao então Sr. Governador do Estado de São Paulo no dia 29 de dezembro, cerca das 10h30 da noite daquele dia, como eu tive informação que aconteceu. Ele, como Presidente do Banco, tinha que ter se preocupado de ter tomado as providências no sentido de que pelo menos desse a oportunidade de se contornar os aspectos politicamente, já que ele, como Presidente do Banco, não teve condições de fazê-lo no sentido financeiro e técnico, como deveria ter sido. Porém, há uma votação a ser feita do destaque de V.Exa. E, obviamente, a maioria decidirá como ficará essa questão aqui. Então, só pedindo desculpas a V.Exa. de não concordar já no relatório, porém, como haverá uma votação, V.Exa. haverá a possibilidade de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sobre a mesa tenho um requerimento de destaque do Deputado José de Abreu. Nos termos regimentais, solicito que seja suprimida do relatório final da CPI BANESPA, apresentada pelo Relator, a seguinte expressão, constante da página 388: “Recomendamos que a atuação do Presidente do BANESPA, ao longo do ano de 94, período em que se instalou a crise de liquidez, o Sr. Carlos Augusto Meinberg, seja investigada pelo Ministério Público, no que se refere à correta condução da instituição para responsabilização penal e civil. Vamos passar à votação do relatório.

**(Não identificado)** – Ressalvado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ressalvado o destaque. Antes, porém, vamos votar primeiro o relatório. Então, vamos à votação do relatório, ressalvado o destaque. Os Deputados ...





**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Sr. Presidente, antes que o senhor coloque em votação, quero dizer que tem aqui um relatório que está sendo apresentado pela Deputada Yeda Crusius. E eu, como Deputado, penso que vou votar na verdade com o relatório, mas com restrições, e vou acompanhar o voto acompanhando o relatório da Deputada Yeda Crusius, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nas restrições?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – Nas restrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está sendo apresentado como uma declaração de voto.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Sr. Presidente, também da mesma forma, o voto da bancada do PT na CPI é com o Relator, ressalvados os pontos apresentados na nossa declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vou colocar em votação o relatório apresentado pelo Relator, com as declarações de voto da Deputada Yeda Crusius e do Deputado Ricardo Berzoini e da Deputada Iara Bernardi. Srs. Deputados, salvo o destaque, que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Vamos à votação do destaque. Primeiramente, vamos votar a admissibilidade do destaque. Aqueles que concordam com a admissibilidade do destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Está aprovada a admissibilidade. Vamos passar à votação da matéria destacada. Quem votar “sim” concorda com a modificação do texto do Relator, ou seja, com o destaque. Quem votar “não” mantém o texto do Relator, ou seja, vota com o Relator. Os Deputados que forem pela aprovação do destaque, ou seja, pela modificação do texto do Sr. Relator, permaneçam como se encontram. Aqueles que quiserem manter o texto do Relator ergam o braço. *(Pausa.)* Aprovado o destaque. Fica suprimido o parágrafo, contra os votos dos Deputados Ricardo Berzoini, Iara Bernardi, Julio Semeghini e do Sr. Relator. Antes de encerrar os trabalhos, temos mais uma providência administrativa e, depois, teremos a palavra do Sr. Relator. E eu peço que os senhores tenham um pouquinho... Os 15 minutos que eu tive oportunidade de ouvir a cada um, que dêem também ao Relator e a mim. Mas antes de encerrar os trabalhos e tendo em vista que esta é a última reunião, consulto os senhores membros desta Comissão se podemos considerar aprovada a Ata da



presente reunião. Os que estiverem de acordo com esta deliberação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Declaro aprovada a Ata desta reunião.

**O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI** - Sr. Presidente, só para registro. Gostaria que V.Exa., como Presidente ainda em exercício da CPI, encaminhasse para publicação oficial aqui da Casa o relatório final aprovado por unanimidade, com todos os membros presentes nessa reunião. Ninguém contestou o relatório. Portanto, acho que seria importante a distribuição deste relatório pela Casa e para a sociedade brasileira. Como estamos numa fase final de trabalhos, caberá ainda a V.Exa. pedir que a Mesa da Câmara dê publicação a este presente relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Quero dizer a V.Exa., Deputado Marcelo Barbieri, que farei o encaminhamento, solicitarei que seja devidamente divulgado. E que o relatório final desta CPI, já excluído o parágrafo, modificado o texto, conforme o destaque aprovado, estará disponível na INTERNET ainda hoje, dentro de 30 minutos, e estará à disposição em papel amanhã, a partir das 10h. Com a palavra o Sr. Relator para suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero me alongar, senhoras e senhores presentes, pessoal da imprensa, Assessores, esta Comissão começou o seu trabalho no dia 22 de agosto de 2001. Foram cerca de dez meses. Nesses dez meses muitas coisas mudaram no cenário político, muitas coisas mudaram na minha própria vida pessoal, mas sempre estivemos presentes com todos os Parlamentares no sentido de fazer um trabalho em que não houvesse uma disputa política nesta Comissão, mas que houvesse uma disputa de fatos e de realidade. Foram mais de 50 mil documentos, mais de 50 mil páginas analisadas, que vão integrar o relatório final que irá aos demais órgãos, além do Ministério Público e desta Comissão. Para mim, é uma satisfação muito grande, após esses dez meses, conseguir — não sei se por uma questão de habilidade, de sorte —, mas conseguir a aprovação, por unanimidade, de um relatório de cerca de 400 páginas, 50 mil páginas de documentos, de dez meses de discussão, onde estavam presentes discussões a respeito de pelo menos três Governos Estaduais, um Governo Federal. Ainda achei, no dia de hoje, que não conseguiria aprovar o relatório. Ainda achei, quando consegui fazer alguns entendimentos para aprovação do relatório, que todos aqui votariam com restrições, porque todos aqui estavam defendendo posições políticas diferenciadas. Sinto-me



muito feliz, gratificado por esses quase dez meses de trabalho, missão essa imposta pelo meu partido, o PFL, na pessoa do Líder Inocêncio Oliveira, acompanhado pelos Parlamentares de São Paulo, que estão aqui representados pelo Deputado Corauci, que naquele momento entendiam que, já que a relatoria cabia para São Paulo, que fosse para um Parlamentar de São Paulo. E eu fui escolhido pelos meus colegas, indicado pelo meu Líder para vir aqui, e, posterior à eleição do Presidente da Comissão, Luiz Antonio Fleury, fui indicado Relator desta Comissão, a quem agradeço e agradeço a nomeação como Relator dos trabalhos. Enfim, foram cerca de 34 pessoas ouvidas em audiências públicas; em reservadas, onze pessoas. Foram onze sessões deliberativas, com votações importantes; foram mais de 45 pessoas ouvidas diretamente por esta Comissão; 50 mil páginas e documentos — repito —; 36 sessões, onde tivemos várias discussões em meio a recesso parlamentar, em meio a várias posições políticas defendidas diferencialmente nesta Comissão. Chegamos ao ponto, em algumas vezes estarem em tensão tão forte, de termos levado à falta de compreensão e entendimento de maus homens jurídicos do próprio Banco Central. E eu lembro essa sessão em que se levantou e começou a gritar à imprensa que viesse aqui, porque estávamos querendo prender todo mundo. Naquele momento, o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no telefone comigo, a assessoria do Governo veio a esta Comissão e, naquele momento, entenderam que não fazia parte deste Relator nem desta Comissão o questionamento jurídico no sentido e nos aspectos de procurar lesar a integridade ou a moralidade de qualquer pessoa que aqui viesse depor. Ao contrário de que um dos indivíduos teria levantado questão e gritado, e os senhores se lembram daquela sessão constrangedora, em que tivemos que expurgar da sala de audiência aquele indivíduo que não se conteve para tentar mostrar... E que eu acredito, inclusive, que tenha sido mandado embora do próprio Banco Central pela postura incorreta que teve nessa sessão. Daquele momento em diante, o próprio Governo entendeu que esta era uma Comissão que tinha os Parlamentares, o Presidente, o Relator, fazendo um trabalho de coerência, colocando dados técnicos, procurando justificativas para o que tinha acontecido. E o Deputado Julio Semeghini acompanhou todo esse trabalho com muita tranquilidade. Hoje, também agradeço o seu voto, pois o seu voto é o posicionamento da minha tranquilidade de saber que todas as posições políticas indistintas, aqui presentes nesta Comissão, foram



favoráveis ao relatório final de uma Comissão em que, desde o primeiro dia, havia controvérsia e questionamentos de posicionamentos políticos nela. Então, para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. que apoiou este Relator em todos os pedidos e todas as tentativas que teve no sentido de achar depoimentos, documentos que pudessem trazer a esta Comissão e a este Relator a tranqüilidade de elaborar o seu relatório e o convencimento aos membros desta Comissão. Agradecer aos funcionários, que já tive oportunidade de agradecer anteriormente; aos Assessores todos que ficaram aí horas e horas discutindo a respeito do relatório conosco; a cada um dos Srs. Parlamentares desta Comissão que estiveram presentes em todo os momentos difíceis, não só da compreensão dos momentos em que eu, muitas vezes, pessoalmente, não estava em condições de ficar discutindo alguns aspectos, mas também na compreensão e no entendimento das minhas posições e minhas convicções pessoais, aceitando-as nesta votação, quando as coloquei no relatório final desta Comissão. Não posso encerrar os trabalhos sem antes deixar claro nos Anais desta Casa que foram inúmeras discussões fora dos plenários desta Comissão. Tivemos discussões telefônicas entre mim, o Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Fleury, Deputado Júlio Semeghini, Deputado Marcelo Barbieri, enfim, com vários Deputados. Reuniões que foram informais nesta Casa entre todos os Parlamentares desta Comissão. Tivemos momentos de crise entre os Parlamentares na disposição de demonstrar o convencimento ao outro colega dos seus posicionamentos e das suas crenças, sejam políticas ou sejam técnicas, a respeito do assunto. Mas o que foi importante é que Deus nos iluminou em todos os aspectos, para que hoje pudéssemos, com muita tranqüilidade — muita tranqüilidade mesmo —, votar um relatório de cerca de 400 páginas, por unanimidade. Sinto-me feliz, aos meus 33 anos de idade, de mais uma CPI que participei, e desta vez como Relator. Saio dela satisfeito, porque aqui havia não só uma missão jurídica e técnica, mas uma missão de convencimento político, porque esta, sim, foi uma Comissão muito mais política do que técnica, apesar dos aspectos jurídicos e técnicos que tivemos que analisar. Por isso, sinto-me muito feliz que, aos 33 anos de idade, nós tenhamos, juntos, conseguido mais essa vitória. Para minha carreira política, esta, para mim, é uma das maiores vitórias, eu só a conquistei, graças ao apoio de todos os senhores. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Antes de encerrar os trabalhos, eu gostaria, inicialmente, de agradecer a todos os funcionários. Na pessoa do Secretário desta Comissão, Sr. Francisco de Assis Diniz, quero saudar todos os Assessores que aqui estão, aqueles que não mais se encontram, os demais funcionários que colaboraram — e colaboraram muito — para que chegássemos ao final dos trabalhos. Gostaria também de esclarecer que os documentos que foram solicitados e que ainda não chegaram a esta CPI deverão ser encaminhados à Diretoria encarregada da Casa, e nós faremos um encaminhamento devido às autoridades que devam recebê-los. Sra. Deputada, Srs. Deputados, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a colaboração de cada um, desde o Deputado Ricardo Berzoini, Deputada Iara Bernardi, Deputado João Eduardo Dado, Deputado José de Abreu, Deputado Corauci Sobrinho, Deputado Marcelo Barbieri, Deputado Julio Semeghini, Deputado Wagner Salustiano e todos aqueles que já estiveram aqui, Deputado Lamartine Posella, e tantos outros que aqui estiveram e que já se ausentaram em razão de problemas pessoais. Cumprimento o Relator, Deputado Robson Tuma, que conseguiu fazer um trabalho de engenharia, que possibilitou que nós chegássemos ao final desse trabalho com um relatório, que se não é um relatório absolutamente completo, uma obra completa, perfeita e acabada, é o relatório que eu poderia considerar um bom relatório. Todos sabem que o ótimo é inimigo do bom. Conseguimos chegar a um bom relatório. Quero dizer também que tive uma grande preocupação na condução dos trabalhos desta CPI. Por essa razão, desde o início, abri mão do meu sigilo bancário, do meu sigilo fiscal e, principalmente, do período de investigação fixado no requerimento que apresentei para que essa CPI fosse instalada, para que não pairasse qualquer dúvida a respeito daquilo que nós estávamos investigando. Não é por acaso, Sras. e Srs. Deputados, que aqui, com raras exceções, nós só temos Deputados do Estado de São Paulo. Não é por acaso, Sras. e Srs. Deputados, que essa questão mexeu tanto com todos nós, porque, além dos prejuízos causados a mais de 8 mil trabalhadores demitidos, aos aposentados do BANESPA, nós não podemos esquecer que 70% do crédito agrícola do Estado de São Paulo eram financiados pelo BANESPA. E não é à toa que a agricultura de São Paulo passa por uma grande crise, porque não tem o seu banco de fomento. O seu banco que dava, principalmente ao pequeno agricultor, a garantia, com a adoção da equivalência por produto, a garantia de que



ele podia plantar e que poderia colher o fruto do seu trabalho, o fruto do seu suor. Orgulho-me muito de, à frente do BANESPA, ou melhor, à frente do Estado do São Paulo, quando o BANESPA estava em pleno vapor e em pleno vigor, ter financiado pela primeira vez um Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que pôde obter, junto ao BANESPA, o financiamento para o seu trabalho. Como me orgulho muito de uma que é apontada como operação irregular, mas que foi, nada mais, nada menos, do que a concessão de crédito pela primeira vez da administração compartilhada entre um Sindicato de Trabalhadores da CUT na indústria de calçados de Franca, que assumiu a direção da fábrica Maqueli. Essa operação está apontada como uma das 22 operações irregulares. Se isso foi irregular, é a negação do que tantos e tantos bancos, principalmente bancos oficiais, fizeram depois, Mas o primeiro a fazer foi o BANESPA, como foi o primeiro a lutar e a trazer desenvolvimento pelo nosso Estado. Fico satisfeito com o resultado da CPI, com o trabalho que nós realizamos, mas quero dizer que as 22 operações apontadas como irregulares correspondem, no período examinado, a 0,0009%. Um banco que fazia o número de operações de crédito que fazia o BANESPA, num período de investigação de cinco anos, Deputado Dado, tem 0,0009% das suas operações apontadas como irregulares — entre aspas —, e uma delas, como já me referi, foi a concessão de crédito a uma cooperativa de trabalhadores, para manter o emprego de 800 trabalhadores da cidade de Franca. Acho que é um banco que pode se orgulhar do que é e do que representou para o Estado de São Paulo. Os critérios de avaliação já foram discutidos, mas eu não posso deixar de dar uma satisfação para o povo de São Paulo e para o povo do Brasil que está nos ouvindo, porque, nos critérios, foi dito aqui, Deputado Berzoini, que o patrimônio imobiliário do BANESPA, pelo critério adotado, critério de fluxo de caixa descontado, não poderia ser levado em conta, porque ele era utilizado pelo banco. Ou seja, todas as agências do BANESPA, do interior de São Paulo, todas elas que estão nas principais praças das nossas cidades do interior, o símbolo do BANESPA, a sede do BANESPA em São Paulo, o edifício Matarazzo, que agora, desmentindo o próprio critério que foi citado como critério de avaliação, a Prefeitura de São Paulo está adquirindo para ser a sede própria da Prefeitura Municipal de São Paulo. E foi dito que não se poderia fazer a avaliação imobiliária porque esses imóveis não eram destinados à venda. Imaginem que todo esse patrimônio foi avaliado por zero real. O que se fez com o BANESPA,



desde o início à data da intervenção, num final de Governo, a decretação do feriado bancário no dia seguinte e a publicação de um balanço alterado, sem que nenhum fato tivesse produzido efeito, já que dia a 29 foi publicado o balancete, dia 30 era feriado bancário. Dia 31, quer-se alterar o balanço de 94 do banco. Tudo isso nós apontamos, denunciemos e falamos, e vejo que hoje nós podemos chegar ao final desses trabalhos com a consciência tranqüila. Haverá críticas, as críticas já foram antecipadas, mais uma vez, por um dos jornais de São Paulo no último domingo. Mas o importante — e eu quero deixar claro isso aos senhores —, eu, quando me dispus a obter o mandato, eu assumi o compromisso de, ao chegar a esta Casa e instaurar a CPI, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os fatos relacionados ao BANESPA. É um compromisso que eu assumi e que nós todos assumimos com os nossos eleitores. Talvez nem todos os fatos estejam devidamente esclarecidos, mas faço questão de dizer que todos os fatos relativos ao período em que governei São Paulo que foram solicitados foram apurados. Os que não foram apurados não o foram não em decorrência desta Comissão. É bom deixar isso muito claro. E é bom deixar claro também que esta Comissão, ao mostrar a verdade diferente da verdade oficial, a verdade real, diferente da verdade formal ou da verdade escrita ou da opinião publicada, a verdade real está contida aqui nestes autos, esta verdade real. Sem dúvida alguma, é uma satisfação que nós devíamos ao povo de São Paulo e ao povo do nosso País. Nós cumprimos... E eu quero cumprimentar cada um dos meus companheiros, Deputados, funcionários, todos aqueles que colaboraram para que este relatório final nós pudéssemos votá-lo no dia de hoje. E dizer que só um banco com a capacidade do BANESPA poderia resistir a um período de intervenção tão grande. Não existe na história bancária do mundo um banco que tenha se mantido como se manteve o BANESPA durante o período do RAET. E isso graças à confiança que o Estado de São Paulo sempre depositou no seu banco. E eu sempre disse: o problema, o BANESPA nunca teve problema, o problema eram as dívidas do Estado com o BANESPA, que contaminaram o banco. Dívidas que, como já foi dito, não foram contraídas no meu Governo. E se o acordo de 92 não foi uma maravilha, foi o acordo possível naquele momento, com um governo hostil, o Governo Collor, que não primava por rezar pela mesma cartilha política que nós advogávamos. Quero dizer, para encerrar, que eu quero dedicar esse relatório e esta Comissão principalmente aos funcionários do



BANESPA, aos funcionários que mantiveram esse banco de pé durante tanto tempo, aos funcionários que foram demitidos com a privatização que houve, àqueles que estão com os seus bens bloqueados, aos 110 administradores que estão com seus bens bloqueados desde dezembro de 1994 e que, por uma fraude praticada no balanço de 1994, que alterou o relatório final, tornando de positivo em negativo o patrimônio do Banco, só em razão disso estão com seus bens bloqueados até a data de hoje. E eu homenageio a todos, citando apenas duas figuras: Dr. Murilo Macedo, que sofreu um acidente vascular cerebral em razão desse atitude tomada pela Diretoria do Banco Central, que fraudou o balanço de 1994, e a figura saudosa do Sr. Orlando Zancaner, que faleceu, que sofreu um infarto, que não agüentou o sofrimento causado pelo bloqueio de bens e pela injustiça praticada contra ele em razão dessa fraude praticada no que diz respeito ao balanço de 1994. Os funcionários do BANESPA, os paulistas, os brasileiros de São Paulo agora sabem que ao lado do relatório oficial, do relatório fraudado, do relatório escondido, ou melhor, publicado, que escondia a verdade, existe um relatório que mostra com clareza como se armou, como se armou uma intervenção para impedir que o Governador que saía pudesse reagir e para levar ao engodo o Governador que entrava, que não sabia que desde o início o que se pretendia era exatamente a privatização do Banco. Então, eu quero cumprimentar a todos os Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a cada um pela colaboração, agradecer de forma especial o Relator Robson Tuma, que na sua juventude, de 33 anos, soube montar um verdadeiro quebra-cabeças, que é esse relatório que está aqui. O Deputado Robson Tuma é testemunha do quanto nós nos sacrificamos, todos nós aqui, estamos aqui praticamente chegando ao final do dia, às 24h, mas chegamos ao final com um relatório. E sete anos depois, sete anos depois, quase oito anos depois, sem dúvida, a verdade virá à tona e veio à tona, graças ao trabalho de cada um de nós. Eu cumprimento você, Deputado Robson Tuma, pela lisura da sua conduta, pelo seu trabalho excepcional, e cumprimento a cada um dos Deputados desta Comissão Parlamentar Inquérito. A justiça, a justiça... Existe um ditado que diz que a justiça tarda, mas não falha. Eu diria que a justiça, quando tarda, falha. Para Orlando Zancaner, para Murilo Macedo, para tantos, para os oito mil funcionários que foram demitidos, como a verdade demorou a vir à tona, eles tiveram um prejuízo incalculável. O povo de São Paulo perdeu o seu grande orgulho:





---

o orgulho dos paulistas e o seu símbolo, que era o BANESPA. Mas, a história saberá dizer quem foram os responsáveis por isso, e a justiça haverá de julgá-los. E acima da justiça dos homens, a justiça divina haverá de julgá-los. Está encerrada a reunião, e declaro encerrados os trabalhos desta Comissão de Inquérito. (*Palmas.*)